



UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PRESENCIAL**

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL NO
MUNICÍPIO DE BATURITÉ-CE PARA O PERÍODO DE 2018 À 2021**

FRANCISCO RODRIGO BEZERRA DA SILVA

**REDENÇÃO - CE
2020**

Francisco Rodrigo Bezerra da Silva

Participação Social na elaboração do Plano Plurianual no município de Baturité-CE para o período de 2018 à 2021

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Orientadora: Prof.(a) Dra. Eliane Barbosa da Conceição.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Francisco Rodrigo Bezerra da.

S586p

Participação social na elaboração do plano plurianual no município de Baturité-ce para o período de 2018 a 2021 / Francisco Rodrigo Bezerra da Silva. - Redenção, 2020.

76f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública - Semestral, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Eliane Barbosa da Conceição.

1. Planejamento Governamental. 2. Participação Social. 3. Plano Plurianual. I. . II. Título.

CE/UF/BSCA

CDD 352.4

FRANCISCO RODRIGO BEZERRA DA SILVA

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL NO
MUNICÍPIO DE BATURITÉ-CE PARA O PERÍODO DE 2018 À 2021.**

Monografia julgada e aprovada para a obtenção do Diploma de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

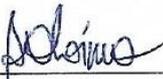
Data: 23/01/2020

Nota: 10,0

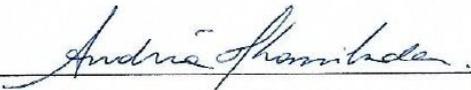
Banca Examinadora:



Prof. Dra. Eliane Barbosa da Conceição



Prof. Dr. Alexandre Oliveira Lima



Prof. Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

Aos meus avós e mãe,

*A vocês, Francisco de Lima Bezerra, Rita de
Cassia Duarte Bezerra e Arlete Duarte
Bezerra da Silva, que sempre me apoiaram em
minhas batalhas e me moldaram para que me
tornasse uma pessoa digna.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pela oportunidade de estar encerrando este ciclo em minha trajetória e por sempre estar ao meu lado nos momentos em que me senti perdido e com medo. A Ti, entrego minhas conquistas.

A minha família, em especial a minha mãe, Arlete, por sempre me incentivar a buscar um futuro melhor através da educação, me mostrando que sem ela não chegamos a lugar algum, e à meus avós, Francisco e Rita, por darem todo o suporte em minha vida e formando o caráter que tenho hoje, com toda força e carinho que precisei afim de me tornar uma pessoa melhor a cada dia. Sem vocês este momento não seria possível.

À minha professora e orientadora, Eliane Barbosa da Conceição, por aceitar prontamente meu convite e por estar presente em todos os momentos, até quando eu não sabia se conseguiria. Agradeço, por ser essa pessoa maravilhosa e encantadora, e por todas experiências que me proporcionou dentro e fora de sala de aula.

Agradeço ainda a todos os professores do curso de Administração Pública da UNILAB, que contribuíram significativamente para minha formação como administrador e como pessoa.

Ao Controlador Geral do Município de Baturité, que mesmo com as dificuldades me forneceu as informações para que pudesse concluir minha pesquisa.

A minha noiva e amiga, Sergiane Pereira, por estar sempre ao meu lado, não medindo esforços para me ajudar quando necessário, pelas palavras de apoio, e por sempre acreditar em mim, mesmo quando eu próprio não acreditava.

Aos meus mais próximos companheiros de faculdade, Cristina, Dyego, Natila, Priscila, Raynara, Sávio e Stênio, por todos os momentos compartilhados ao longo do caminho, por todas as risadas e brincadeiras, pela parceria e pela sincera amizade que levarei por toda a vida, sem eles o percurso até aqui teria se tornado bem mais difícil. E a todos os colegas de curso que de alguma forma, contribuíram para que eu pudesse chegar a este momento.

Aos amigos que fiz durante o período de estágio na EEM Camilo Brasiliense, em especial, Silvanira, Luzilane e Douglas, que não mediram esforços para me ajudar e acolher e que logo se tornaram meus colegas de trabalho e que contribuíram muito na minha formação.

Agradeço também a todos, que de alguma forma, colaboraram com a pesquisa.

RESUMO

O surgimento do Planejamento Governamental data dos anos de 1920, na Rússia, como um instrumento a serviço do desenvolvimento econômico e assim o planejamento no Brasil, também encontra-se atrelado a perspectiva de alavancar a economia nacional. A primeira tentativa de se planejar a ação do Estado no país surgiu no final do anos de 1930, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). A partir daí, em um período pré Constituição Federal de 1988, inúmeras foram as tentativas de formulação de Planejamento Governamental no Brasil, que independente de seus sucessos ou insucessos, contribuíram de forma efetiva, para que se chegasse ao que conhecemos hoje como planejamento. Desta forma, com a homologação da Constituição Cidadã, nos foi apresentado no artigo 165, nos parágrafos 1, 2 e 5, as mudanças referente as normas orçamentarias, através da apresentação dos novos instrumentos de planejamento da ação estatal (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentarias e Lei Orçamentaria Anual) e por esta determinação constitucional, a atividade financeira do Estado passou a ser devidamente elaborados e votados harmoniosa e integradamente. Desde então, grandes mudanças ocorreram criando a necessidade de se repensar as formas de planejamento, abrindo espaço para o surgimento da participação social como ferramenta para tornar as políticas públicas mais eficientes e efetivas. E foi nesta perspectiva, que a prefeitura municipal de Baturité, um município no interior do Estado do Ceará, criou e executou o Projeto PPA Cidadão 2018-2021. Ação que buscou a ampliação de mecanismos de participação social nos assuntos de interesse público. Assim, o presente trabalho objetivou identificar o grau de participação e a real contribuição da população na elaboração desse último plano plurianual. Trata-se de um estudo qualitativo, que utilizou como principais ferramentas a pesquisa bibliográfica e a documental. Os resultados sugerem que há certa descrença da sociedade, em relação ao poder público, conduzido pelo fenômeno da “Desmobilização Social”, que pode ser observada em muitos municípios no estado e até mesmo no país.

Palavras-chave: Planejamento Governamental. Participação Social. Plano Plurianual.

ABSTRACT

The emergence of Government Planning dates back to the 1920s in Russia, as an instrument at the service of economic development and thus planning in Brazil, is also linked to the prospect of leveraging the national economy. The first attempt to plan the State's action in the country came at the end of the 1930s, with the creation of the Administrative Department of Public Service (DASP). Since then, in a pre-Federal Constitution period of 1988, numerous attempts were made to formulate Government Planning in Brazil, which, regardless of its successes or failures, effectively contributed to what we know today as planning. Thus, with the homologation of the Citizen Constitution, it was presented to us in article 165, in paragraphs 1, 2 and 5, the changes referring to the budgetary norms, through the presentation of the new planning instruments of the State action (Multiyear Plan, Law of Budgetary Guidelines and Annual Budget Law) and by this constitutional determination, the financial activity of the State started to be duly elaborated and voted harmoniously and integrally. Since then, major changes have occurred, creating the need to rethink the forms of planning, opening space for the emergence of social participation as a tool to make public policies more efficient and effective. And it was in this perspective that the municipal government of Baturité, a municipality in the interior of the State of Ceará, created and executed the PPA Cidadão 2018-2021 Project. This action sought to expand mechanisms of social participation in matters of public interest. Thus, this work aimed to identify the degree of participation and the real contribution of the population in the preparation of this latest multi-annual plan. It is a qualitative study, which used as main tools the bibliographical research and the documentary. The results suggest that there is a certain disbelief of society, in relation to public power, conducted by the phenomenon of "Social Demobilization", which can be observed in many municipalities in the state and even in the country.

Keywords: Government Planning. Social Participation. Pluriannual Plan.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Participação no PPA Cidadão	50
GRÁFICO 2 – Participação social por gênero	51
GRÁFICO 3 – Sugestões por área	52

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Vigência do PPA	33
FIGURA 2 – Esquema das Leis Orçamentárias	35
FIGURA 3 – Ciclo Orçamentário	37
FIGURA 4 – Mapa territorial do município de Baturité-CE	45
FIGURA 5 – Página inicial PPA-Cidadão do município de Baturité-CE	47
FIGURA 6 – Página inicial do processo de participação	47
FIGURA 7 – Página de participação	48
FIGURA 7.1 – Página de participação	48
FIGURA 8 – Página de Conclusão	49

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Demandas do programa de governo para a área de Educação	53
IMAGEM 1.1 – Demandas do programa de governo para a área de Educação	54
IMAGEM 1.2 – Demandas do programa de governo para a área de Educação	55
IMAGEM 1.3 – Demandas do programa de governo para a área de Educação	56
IMAGEM 2 – Demandas do programa de governo para a área da Saúde	57
IMAGEM 3 – Demandas do programa de governo para a área de Desenvolvimento Social	58
IMAGEM 3.1 – Demandas do programa de governo para a área de Desenvolvimento Social	59
IMAGEM 4 – Demandas do programa de governo para a área da Cultura	60
IMAGEM 5 – Demandas do programa de governo para a área de Esporte e Juventude ...	61
IMAGEM 6 - Demandas do programa de governo para a área de Infraestrutura e Urbanismo	62
IMAGEM 6.1 – Demandas do programa de governo para a área de Infraestrutura e Urbanismo	63
IMAGEM 6.2 – Demandas do programa de governo para a área de Infraestrutura e Urbanismo	64
IMAGEM 7 – Demandas do programa de governo para a área da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	64
IMAGEM 7.1 – Demandas do programa de governo para a área da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	65
IMAGEM 8 – Demandas do programa de governo para a área Administrativa e Financeira	66
IMAGEM 9 – Demandas do programa de governo para a área da Controladoria	66
IMAGEM 10 – Demandas do programa de governo para o Gabinete do Prefeito	67
IMAGEM 11 – Demandas elencadas em assembleia com a sociedade para a área de Assistência Social	68

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Planos e Programas Governamentais do Brasil pré Constituição Cidadã	24
QUADRO 2 – Principais procedimentos do Ciclo Orçamentário	38
QUADRO 3 - Divisão Territorial do município de Baturité-Ce	45
QUADRO 4 – Cronograma da Pesquisa	72

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CE - Ceará

CF – Constituição Federal

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CNM – Confederação Nacional dos Municípios

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

JK – Juscelino Kubitschek

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentarias

LOA – Lei Orçamentaria Anual

OP – Orçamento Público

OPI – Orçamento Plurianual de Investimentos

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PED – Programa Estratégico do Desenvolvimento

PG – Planejamento Governamental

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico

PPA – Plano Plurianual

SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão

UBS – Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 QUESTÕES E OBJETIVOS DA PESQUISA	14
1.2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	14
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO	15
2. METODOLOGIA	16
2.3 DESENHO DA PESQUISA	16
2.4 LIMITAÇÕES ENCONTRADAS	18
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
3.1 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	19
3.1.1 Planejamento Governamental Pré Constituição Federal de 1988	19
3.1.2 Planejamento Governamental Pós Constituição Federal de 1988	30
3.1.3 Planejamento Governamental nos anos 1990 e 2000	30
3.1.4 Instrumentos de Planejamento da Administração Pública Brasileira	31
3.1.4.1 Plano Plurianual	32
3.1.4.1.1 Vigência do PPA	32
3.1.4.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias	33
3.1.4.2.1 Prazo e Vigência da LDO	34
3.1.4.3 Lei Orçamentária Anual	34
3.1.4.3.1 Prazo e Vigência da LOA	34
3.2 ORÇAMENTO PÚBLICO	35
3.2.1 Ciclo Orçamentário	36
3.3 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	39
3.3.1 Orçamento Impositivo	40
3.4 PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	40
3.4.1 (Des)Mobilização Popular	41
3.5 CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	41
3.5.1 Tipos de Controle na Administração Pública	43
3.5.1.1 Controle Interno na Administração Pública	43
3.5.1.2 Controle Externo na Administração Pública	43
3.5.1.3 Controle Social na Administração Pública	44
3.6 MUNICÍPIO DE BATURITÉ	44
3.7 PPA CIDADÃO	46
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	72

1.INTRODUÇÃO

A participação popular nas decisões governamentais consiste em um avanço significativo no longo caminho percorrido em direção a uma gestão pública democrática, esta interação entre o poder público e os atores locais fazem com que as políticas públicas sejam cada vez mais precisas e eficazes. No entanto, a concretização destes processos participativos apenas apresenta efetividade com transparência, participação de todos os segmentos da sociedade e determinação em executar aquilo que fora acordado. Para que isso ocorra é necessário que a gestão pública rompa com a prática centralizadora e autoritária incorporando em sua rotina de trabalho as formas diretas e indiretas de manifestação popular, favorecendo, desta forma, uma participação mais efetiva da população. Diante disto, o presente trabalho objetiva identificar o grau de participação e a real contribuição da população na elaboração do plano plurianual do município de Baturité, um pequeno município, situando no interior do Ceará.

A Gestão Democrática está baseada na coordenação de atitudes e ações que propõem a participação social, ou seja, todos os atores envolvidos são considerados agentes ativos em todo o processo decisório da gestão em curso. Assim, é imprescindível que cada um destes sujeitos tenham a clareza e conhecimento de seu papel, enquanto participante, passando assim a atuar de forma mais ativa das questões políticas, não só cobrando dos governos, mas também participando, contribuindo e fiscalizando. A participação social nas decisões do setor público é um tema bastante pertinente, já que na administração pública brasileira, é cada vez mais cobrada a abertura de espaços democráticos, visando garantir que a população tenha uma maior participação no planejamento e nas mais variadas decisões que envolvem o setor público, principalmente nas questões relacionadas aos orçamentos geridos em todas as esferas, e em especial nos municípios.

Desta forma, com tutela da Secretaria de Planejamento e Gestão do Município de Baturité-CE, surge o projeto PPA Cidadão, uma ferramenta de participação popular onde o cidadão sugere ideias para o Plano Plurianual 2018-2021 (PPA), tendo como objetivo a ampliação de mecanismos de participação social nos assuntos de interesse público. A implementação da ação se deu em duas fases, a primeira, através da realização de reuniões públicas para a divulgação, conscientização sobre a importância da participação e por fim, discussão e troca de ideias a respeito do planejamento do Município. A segunda é a participação, que foi idealizada na perspectiva de diminuir a distância física entre a Prefeitura e o Cidadão, utilizando a internet (site da própria prefeitura) como um meio de coleta de

informações, sugestões e novas ideias, criando assim a plataforma do PPA Cidadão (BATURITÉ, 2017).

A princípio queríamos traçar o histórico político do município, afim de compreender como foi conduzida as gestões anteriores, sobre as políticas públicas e possíveis aberturas de espaços participativos, tendo como período de análise a partir do ano de 2004. Porém, não foi encontrado bibliografia a respeito deste assunto e desta forma, necessitaria de uma pesquisa mais profunda, possíveis entrevistas com os residentes mais antigos do município e antigos prefeitos, mas fugiria do proposito deste trabalho.

O controle Social é um iniciativa individual do cidadão ou de um grupo de pessoas voltada a verificar os atos praticados pela administração pública, permitindo a fiscalização e controle, dos atos da administração pública pelos cidadãos, com a finalidade de prevenir a corrupção, favorecendo emprego dos recursos públicos em serviços que venham a atender as necessidades da sociedade (PINHEIRO, 2015). Desta forma, o envolvimento social em forma de sugestão para o plano plurianual do Município caracteriza-se como uma forma de controle social, onde a população participa desde o planejamento até efetivação da despesa com a realização do programa previsto no PPA.

1.1 Questões e Objetivos da Pesquisa

Nesta seção apresentar-se-á os objetivos e a questão norteadora que este estudo buscará responder.

O presente trabalho objetiva identificar o grau de participação e a real contribuição da população na elaboração do plano plurianual do município de Baturité, localizado no estado do Ceará, Brasil. Para tal, serão utilizados como instrumentos de estudo de caso, o Plano Plurianual de Baturité (2018-2021) e a plataforma PPA-Cidadão (2018-2021).

Nesse contexto, será abordado a existência do método participativo da população do município de Baturité-CE, visando as decisões orçamentarias municipais, o PPA Cidadão, no qual se buscará responder a seguinte questão: *Qual a contribuição da população do município de Baturité-CE na elaboração do plano plurianual para o período 2018 à 2021?*

1.2 Justificativa da Pesquisa

A participação social é um processo essencial para a construção de uma identidade que visa à democratização ou participação ampla dos cidadãos nos processos decisórios dentro de uma determinada sociedade. Esta participação popular nas organizações governamentais implica segundo Bilier (2013) apud Souto-Maior (2002) que “todos tem o direito a participar

das atividades dos órgãos públicos, pelos quais são afetados. Pois esse é o princípio básico das chamadas democracias sociais, sendo este um argumento consagrado na Constituição Federal de 1988 em seus ‘Princípios fundamentais’”. A proposta deste estudo é identificar qual a contribuição da população do município de Baturité-CE na elaboração do Plano Plurianual para o período de 2018-2021, para isso será verificado os dados que mostram o grau de participação populacional dentro do projeto PPA Cidadão e em seguida apresentar qual(ais) o(s) programa(s) dentro do PPA que surgiu(ram) advinda(s) de sugestões da população.

Sendo assim, o interesse do tema proposto neste estudo parte da consideração de que o projeto PPA Cidadão, trata-se de um grande avanço no que diz respeito a participação popular no planejamento municipal, onde era observada a grande necessidade da construção de um espaço de participação que permita à população trazer sua realidade para que os administradores trabalhem com foco e eficácia, elaborando projetos de acordo com os reais problemas que afetam os munícipes e assim aproximando a administração pública da realidade social, facilitando a detecção de problemas e possíveis soluções que seriam mais difíceis de serem encontradas e que desta forma são facilitadas pela participação popular, fortalecendo o cumprimento dos princípios da administração, não somente a transparência, mas também a legalidade, por haver um maior controle social.

O trabalho também é importante a partir do momento que pretende evidenciar os dados que revelam o grau de participação social, apontando para a importância da iniciativa da Prefeitura para a Administração Pública na formulação deste projeto.

A escolha deste tema também prende-se ao fato de o mesmo está em linha direta a área de interesse do pesquisador para futura referência profissional.

Dentro deste contexto, este trabalho se justifica por se tratar de uma pesquisa aprofundada sobre participação social no planejamento municipal, servindo de base para outros trabalhos acadêmicos, contribuindo com base de informação para estudantes e demais interessado que atuem, ou não, na área de planejamento público.

1.3 Estrutura do trabalho

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, iniciando por esta introdução, em que se buscou fazer uma breve contextualização do tema e a delimitação do objeto de estudo.

Em seguida traz os caminhos metodológicos que a pesquisa seguiu, iniciando com a justificativa do estudo, o questionamentos e objetivos da pesquisa, passando pelo desenho da pesquisa, tratando da abordagem metodológica e das técnicas de coleta e tratamento dos dados e finalizando com as limitações encontradas.

No terceiro capítulo, é feita uma fundamentação teórica através da literatura existente buscando os principais conceitos apresentados no quadro teórico-conceitual, entre eles temos, Planejamento Governamental, Orçamento Público, Orçamento Participativo, Controle na Administração Pública e PPA Cidadão.

Derradeiramente, apresenta e discute os resultados da pesquisa, na medida em que se sugerem saídas para uma melhor eficiência para um projeto como este, uma breve apresentação do município de Baturité e nas considerações apresentará as reflexões a respeito das lições proporcionadas pelo estudo deste caso.

2. METODOLOGIA

A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade (PRODANOV E FREITAS, 2013). Ou seja, ela aborda as principais regras para a produção científica, fornecendo as técnicas, os instrumentos e os objetivos para um melhor desempenho, que acarreta numa boa qualidade de um trabalho científico. Este capítulo buscará discorrer acerca dos caminhos metodológicos na qual a pesquisa seguiu em seu processo de elaboração, iniciando com os objetivos da pesquisa, a justificativa do estudo, o seu desenho, que incide sobre a abordagem metodológica, as técnicas de coleta e tratamento dos dados e por fim, as limitações enfrentadas.

2.1 Desenho da Pesquisa

Dado seu objetivo, o estudo adotou uma abordagem qualitativa. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa como “O ambiente natural é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados. Ainda sobre o método qualitativo, Zanella (2011, p 100) diz que: “a pesquisa qualitativa é particularmente útil como ferramenta para determinar o que é importante para os clientes e por que é importante, e não para saber quantos clientes avaliam positivamente ou não um determinado produto ou serviço.”

Trata-se de pesquisa descritiva, na qual serão abordadas as características do programa PPA-Cidadão, na busca por perceber seus objetivos, metas e procedimentos, afim, de demonstrar as nuances de seu funcionamento. A pesquisa descritiva “expõe as características de uma determinada população ou fenômeno, demandando técnicas padronizadas de coleta de dados. (PRODANOV E FREITAS, 2013 p. 127). Foram utilizados os três procedimentos de pesquisa listados a seguir:

1º - Pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta e é concebida a partir de materiais já publicados, livros, artigos científicos, periódicos e etc. A pesquisa bibliográfica deste trabalho foi realizada em duas plataformas de online (SPELL e SCIELO), que reúne as maiores revistas Acadêmicas da Administração Pública, na qual foi utilizado os descritores “Planejamento Governamental” e “Orçamento Público”. Nesta pesquisa foram encontrados 50 artigos com o descritor “Planejamento Governamental” e 62 artigos com o descritor “Orçamento Público” na plataforma SCIELO. Já na plataforma SPELL foram encontrados 33 artigos com o descritor “Planejamento Governamental” e 24 artigos com o descritor “Orçamento Público”. Isto totalizou 83 artigos PG e 86 artigos OP, ou seja, 169 artigos no geral. Através de filtragem nos foi permitido trabalhar com 28 artigos remanescentes.

2º - Pesquisa documental, utilizando materiais que não receberam tratamento analítico, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 174) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.” No caso em questão trata-se do banco de dados do projeto PPA-Cidadão e o próprio PPA do município, que será analisado e descrito no decorrer do estudo, com o intuito de alcançar os objetivos da pesquisa.

3º - Estudo de caso, na qual os autores Prodanov e Freitas (2013 p. 128) descrevem como “(...)estratégia preferida quando colocamos questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.” Desta forma, buscaremos entender como funciona o caso de participação social da comunidade do município de Baturité na elaboração do Plano Plurianual para o período de 2018 à 2021. A coleta dos dados será realizada através da verificação do banco de dados referente a participação popular no ambiente de participação online do PPA Cidadão que foi disponibilizada na página da prefeitura municipal de Baturité com objetivo perceber o número de participações dos municípios e área temática das sugestões.

Trata-se de uma pesquisa aplicada, ou seja, “procura produzir conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos.” (PRODANOV E FREITAS, 2013).

O método científico utilizado é o dialético, pois o estudo buscará interpretar a dinâmica social observada no andamento do projeto em questão e sua influência na comunidade. O método científico dialético é definido por Prodanov e Freitas (2013 p. 127), como:

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torna norma.

2.2 Limitações do Trabalho

Toda e qualquer pesquisa acaba por se deparar com algumas dificuldades no caminho, seja na veracidade das informações ou até mesmo busca por consegui-las. Enquanto pesquisador, deve-se ter a ciência da subjetividade na interpretação de dados e o quanto pode ser difícil conseguir as informações necessárias.

Este estudo apresentou limitações relevantes ao longo do caminho, pois, em determinado momento, aquilo que poderia ter sido simples, a coleta dos dados, tornou-se cada vez mais difícil e o próprio projeto, por vários motivos, acabou por não fornecer dados concretos.

No que se refere à coleta de dados, pode-se dizer que a dificuldade foi originada pela baixa quantidade de participações no projeto, o que acabou por evidenciar uma possível falha de planejamento. Além disto, os poucos dados recebidos inicialmente, foram remetidos ao pesquisador sem apresentar ferramenta de tratamento, o que culminou numa desorganização das informações. Desta forma, pôde ter deixado os responsáveis pelo projeto receosos de fornecer tais dados, visto que estes poderiam ser utilizados para expor suas possíveis ineficiências.

Além disso, ocorreram inúmeras visitas frustradas e tentativas de comunicação não respondidas, que fizeram com que o trabalho fosse adiado inúmeras vezes e tornando cada vez mais incomoda a interação entre o pesquisador e a pessoa responsável por fornecer as informações.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Em termos leigos, planejamento significa a ação de se preparar, de antecipar-se a uma determinada situação na perspectiva de alcançar seus objetivos. No ato do planejamento é o momento em que se define onde se pretende chegar, o que deve ser feito, como, quando, em que sequência e frequência as ações deverão ser executadas. Neste capítulo será traçada linha de tempo do Planejamento Governamental no Brasil, que vai desde um período pré Constituição Federal de 1988, passando por várias tentativas de se planejar a ação pública, até a chegada da nossa Constituição cidadã e culminando no que se conhece como planejamento hoje.

3.1.1 Planejamento Governamental pré Constituição Federal de 1988

Menezes (1979), atrela o surgimento do planejamento governamental à Rússia na década de 1920, através da Revolução bolchevista, como um instrumento a serviço do desenvolvimento econômico. E muitos autores brasileiros, que escrevem sobre planejamento governamental, corroboram com tal afirmação, atrelando o planejamento no Brasil com a perspectiva de alavancar a economia nacional. E desta forma, com o passar das décadas, surgiram inúmeras formas de se planejar as ações do Estado, que independente de seus sucessos ou insucessos, contribuíram de forma efetiva, para que se chegasse ao que conhecemos hoje como planejamento governamental. Este capítulo pretende voltar no tempo e descrever um pouco do histórico destas experiências de planejamento no país, trazendo as visões de alguns autores de experiência na área e mostrando a evolução do planejamento estatal nas diferentes épocas e regimes de governo do qual o Brasil ultrapassou.

“A 1ª experiência que considerava o processo global e contínuo de planejamento no Brasil, e que foi efetivamente aplicada no país, data de 1965, com o plano de metas.” (KON, 1994.). Porém, segundo Giacomoni e Pagnussant (2006), “as primeiras tentativas de formulação de um planejamento governamental no Brasil surgem a partir do final dos anos 1930 com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)”, onde entre 1939 e 1944 ocorreu o marco inicial do planejamento no país, não constituindo um planejamento propriamente dito, mas listava algumas obras que deveriam ser feitas, entre elas: a criação das indústrias básicas; execução de obras públicas consideradas indispensáveis; aparelhamento da Defesa Nacional (por ocorrer durante a segunda guerra mundial) e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional.

Entre 1944 e 1948, foi marcado pela intervenção norte-americana que tinha como objetivo diagnosticar os problemas do Brasil, através do plano de obras e equipamentos com as missões: Taub (1942) e Cooke (1943) traçados com o intuito de apoiar as obras públicas e a criação das indústrias básicas, ou seja, este plano consistia, basicamente, “na revisão e atualização do Plano Especial e da lista de obras e investimento de infraestrutura.” (GIACOMONI E PAGNUSSANT, 2006). Porém, a medida apenas foi efetivamente aplicada, nos dois primeiros anos, até 1946, por problemas orçamentários.

O período que se estendeu entre 1950 e 1954, deparamo-nos com a primeira experiência de planejamento dentro de um regime democrático e que também foi a primeira tentativa de coordenar as ações do governo, levando em consideração todas as esferas governamentais, através do plano SALTE, instituído pela lei Nº 1.102, de 18 de maio de 1950, que priorizava os setores da Saúde, da alimentação, do Transporte e da Energia, implementado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) (SOUZA, 2004).

[...] os empreendimentos relativos à saúde, alimentação, transporte e energia integrantes do plano previsto no texto e nos anexos da presente Lei - Plano SALTE.

Parágrafo único. O Poder Executivo promoverá entendimentos e firmará acordos com os governos estaduais e municipais, as autarquias, as sociedades de economia mista, entidades paratais existentes ou que venham a ser criadas em virtude de lei e entidades privadas, no sentido de coordenar atividades relacionadas com os programas de trabalho deste Plano.

“O plano era uma tentativa de coordenar os gastos públicos mediante um programa plurianual de investimentos; não se tratava de um plano global de desenvolvimento” (GIACOMONI E PAGNUSSANT, 2006). Porém, o plano apresentou alguns problemas que acabaram por culminar em seu fracasso, entre eles: a defasagem entre os recursos previstos e os aplicados e excessiva centralização de poderes da presidência.

“O período 1956-61 foi assinalado pela introdução de um processo de planejamento efetivo das políticas econômicas governamentais a serem empreendidas, traduzidas no Plano de Metas” (KON, 1994). Souza (2004) apud Souza (1984), refere-se ao Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, não como um plano, e, sim, um programa, por não ter sido concebidos em sua formulação programas e projetos de ação governamental. “O Plano de Metas foi o auge do processo de substituição de importações no Brasil” (GIACOMONI E PAGNUSSANT, 2006). Em seu primeiro ano, ocorreu a criação do conselho de desenvolvimento, órgão criado pelo Decreto nº 38.744, de 1º de fevereiro de 1956, no qual lhe compete segundo o art. 2º:

[...] estudar as medidas necessárias à coordenação da política econômica do País, particularmente no tocante ao seu desenvolvimento econômico elaborar planos e programas visando a aumentar a eficiência das atividades governamentais e a fomentar a iniciativa privada; analisar relatórios e estatísticas sobre evolução dos vários setores da economia; estudar e preparar projetos de leis, decretos e atos administrativos, bem como manter-se informado da implementação das medidas aprovadas.

O plano de metas é considerado um grande marco no planejamento governamental no Brasil, pois é quando se inicia a visão de um governo participativo, mesmo que na época ainda não se apresentasse em forma de consulta. Também é marcado pelo planejamento indicativo, no qual ocorre distinção entre as áreas em que o Estado deve atuar como agente econômico de forma ativa e aquelas para as quais deve haver a cessão desta função para o setor privado. Segundo Giacomoni e Pagnussant (2006) “o Estado foi o grande promotor do desenvolvimento e o patrocinador da aliança estruturada num tripé formado pelas empresas estatais, pelo capital privado multinacional e pelo capital privado nacional, esse último como sócio menor.”

Entre 1963 e 1965, no governo de João Goulart é desenvolvido o Plano Trienal, criado com o intuito, segundo Macedo (1987) “[...] de recuperação do ritmo de crescimento econômico no período do governo de JK” e como uma resposta política para a disparada da inflação, e os autores Giacomoni e Pagnussant (2006) afirmam que “o plano tinha como objetivo de curto prazo enfrentar não só a aceleração inflacionária, como a rápida deterioração das contas externas e retomar o desenvolvimento.” Este plano tinha como princípio fundamental, a visão do desenvolvimento econômico como base para as outras áreas e apresentava como objetivos: a manutenção de elevada taxa de crescimento do produto; a redução progressiva da inflação; a redução do custo social do desenvolvimento; a melhor distribuição de seus frutos e a redução das desigualdades regionais de níveis de vida. “Esse plano foi formulado e coordenado pelo economista brasileiro Celso Furtado, que nem sequer conseguiu articular ações no governo que pudessem tirá-lo do papel e levá-lo para a sociedade.” (SOUZA, 2004)

Na tentativa por desvincular a visão que incidia sobre planejamento econômico, como sendo uma ação socialista, o governo de Castelo Branco, que derrubou Goulart para a tomada do regime militar, instituiu um modelo oposto ao Plano Trienal, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) para o período de 1964 a 1966. Segundo Giacomoni e Pagnussant (2006) o plano “caracteriza-se pela ortodoxia econômica (controle da moeda e do crédito e a redução de gastos públicos). A consequência foi o baixo crescimento econômico do País nos anos que se seguiram”. Este programa tinha como objetivos: aceleração do ritmo do desenvolvimento econômico nacional; contenção progressiva do processo inflacionário;

atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais; assegurar oportunidades de emprego e a correção da tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos.

Entre 1967 e 1976, houve a primeira tentativa de planejamento de longo prazo no país, através do Plano Decenal, que segundo Giacomoni e Pagnussant (2006) “[...] consistia numa série de estudos setoriais e um modelo macroeconômico global”, porém, tal medida não chegou a sair nem do papel.

Nos anos de 1968 a 1970, no governo Costa e Silva, houve a criação do Programa Estratégico do Desenvolvimento (PED), “tendo como objetivos a valorização da empresa privada e a aceleração do desenvolvimento econômico, com a estabilização de preços e o controle inflacionário” (SOUZA, 2004). O PED, foi marcado pela apresentação do Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI), criado através de lei complementar Nº 3 de 1967, com duração trienal, mas contando com a possibilidade de acréscimo de um ano. “O primeiro OPI era constituído pela programação de dispêndios de responsabilidade do governo federal, para o triênio, e tinha a finalidade de orientar o orçamento anual nas despesas com investimentos, inversões financeiras e transferências de capital.” (GIACOMONI E PAGNUSSANT, 2006).

De 1970 à 1972, no governo Médici, surgiu o Programa de Metas e Bases das Ações do Governo, que “[...] tinha como objetivo tornar o País desenvolvido até o final do século; para isso, formulou metas sociais e econômicas” (GIACOMONI E PAGNUSSANT, 2006). Porém, o tal ação não se tratava de um plano governamental propriamente dito, mas uma espécie de documentação contendo as intenções do governo.

O primeiro plano nacional do desenvolvimento econômico (I PND), implementado entre os anos de 1972-1974, teve sua metodologia dividida em duas grandes partes: estratégia de desenvolvimento e execução da estratégia. Os objetivos deste plano era pôr o Brasil na categoria das nações desenvolvidas, além de duplicar, até 1980, a renda per capita do país e elevar a economia afim de alcançar um crescimento anual significativo do PIB. Souza (2004) apud Martins (1985) diz que:

[...] é a partir do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico, o I PND, para o período de 1972-1974, que o país alavancou o seu padrão de crescimento econômico com base em investimentos em setores dinâmicos, como a construção e ampliação da infraestrutura do país, assim como a disseminação de política e ideologia de desenvolvimento nacional pautada na forte presença do Estado e de suas empresas públicas, estatais e sociedade de economia mista.

Os autores Giacomoni e Pagnussant (2006) dizem em seu artigo Planejamento e Orçamento Governamental, que junto ao I PND é elaborada a segunda versão do OPI, e o

descreve como o primeiro passo para a integração dos planos e orçamentos, no qual escrevem que:

[...] Plano Nacional de Desenvolvimento condicionaria a estrutura dos planos setoriais e regionais, federais e estaduais, e esses condicionariam as estruturas dos planos locais e municipais. O PND condicionaria ainda os orçamentos plurianuais de investimentos, que, por sua vez, condicionariam os orçamentos anuais e esses, a programação financeira de desembolso.

Apesar dos bons resultados alcançados pelo I PND, a administração pública na época deparou-se em 1973 com a 1ª crise do petróleo, que culminou com o aumento dos preços internacionais, provocando crise internacional de reajustes nas contas nacionais (KON, 1999). Desta forma, na perspectiva de solucionar os problemas encontrados no I PND, o regime militar brasileiro reage com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o II PND, para o período de 1975-1979, que previa um programa de investimentos condizentes com as altas taxas de crescimento dessa década. (SOUZA, 2004). A segunda versão do plano nacional do desenvolvimento tinha como objetivos a manutenção do crescimento acelerado dos anos anteriores, com taxas de aumento de oportunidades de emprego de mão-de-obra superiores às da década anterior, a reafirmação da política de conexão da inflação pelo método gradual, a manutenção do relativo equilíbrio no balanço de pagamentos, a realização políticas de melhoria de distribuição de renda, pessoal e regional, simultaneamente com o crescimento econômico, a preservação da estabilidade social e política e a realização do desenvolvimento sem deterioração de qualidade de vida, sem devastação de recursos naturais.

Durante os anos de 1980 a 1985, no governo de João Batista Figueiredo, surgiu o III Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico, em resposta ao grande desgaste do regime militar. Segundo Souza (2004), a implementação do III PND se deu:

“[...] em relação à queda do ritmo de investimentos e à diminuição de demanda, restringindo o crescimento da produção, o regime militar tenta alavancar a economia com a implementação do III Plano Nacional de Desenvolvimento, o III PND, que concebeu diversas alterações em relação ao I e II PNDs [...]

Na perspectiva de melhorar os pontos fracos apresentados nas duas primeiras versões, o III PND, trouxe como objetivos: acelerar o crescimento da renda e do emprego; melhoria da distribuição de renda com redução dos níveis de pobreza absoluta e elevação dos padrões de bem estar das classes de menor poder aquisitivo; redução das disparidades regionais; contenção da inflação; equilíbrio da balanço de pagamento e controle do endividamento externo; desenvolvimento do setor energética e o aperfeiçoamento da instituições políticas. Porém, com a recente crise cambial que acarretou na 2ª crise do petróleo, o III PND não se sustentou na

busca de alcançar seus objetivos e acabou por agravar a situação do país. Desta forma, segundo Giacomoni e Pagnussant (2006) deu-se fim à era desenvolvimentista “e do III PND ficou apenas o objetivo de equilibrar as contas externas. Os demais objetivos ficaram em segundo plano: manter o crescimento acelerado, melhorar a distribuição de renda, reduzir as disparidades regionais, desenvolver o setor energético e mesmo conter a inflação.

Ao fim deste subcapítulo, percebemos o quão longo e cheio de desafios foi a caminhada até a chegada da Constituição Federal de 1988, que trouxe junto de si novas maneiras de planejar o orçamento público. Diante disto, o quadro a seguir procura expor de forma resumida as dimensões do planejamento e da gestão em perspectiva de longa duração, mostrando-nos os planos e programas; o presidente/ministros responsável por implementação; os anos de vigência e seu período; o regime político no qual estava inserido; seus objetivos e os resultados alcançados.

Quadro 1 – Planos e Programas Governamentais do Brasil pré constituição cidadã

Plano/Programa	Presidente/Ministro responsável	Anos de Vigência/Período	Regime Político	Objetivos	Resultados
Plano Especial de Obras públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional	Getúlio Vargas	1939-1944 Burocracia	3ª República (Estado Novo ou da Constituição “polaca”)	-Criação das indústrias básicas; -Execução de obras públicas consideradas indispensáveis; -Aparelhamento da Defesa Nacional; Criação da Companhia Siderúrgica Nacional.	----
Plano de Obras e Equipamentos -Missão Taub (1942) -Missão Cooke (1943)	Getúlio Vargas/ José Linhares/ Gaspar Dutra	1944-1948 Burocracia	4ª República (República Populista)	Apoiar obras públicas e indústrias básicas.	Foi efetivamente aplicado por apenas dois anos, acabou em 1946, por problemas econômicos.

Plano SALTE (Saúde Alimentação Transporte Energia)	Gaspar Dutra/ Getúlio Vargas	1950-1954 Burocracia	4ª Republica (Republica populista)	Primeira tentativa de coordenação das ações por parte das diferentes esferas de governo	Fracasso -Defasagem entre os recursos previstos e os aplicados; -Excessiva centralização de poderes da presidência.
Programa de Metas	Juscelino Kubistchek	1956-1961 Burocracia	4ª Republica Democracia (Republica populista)	-Crescimento de 50 anos em 5 -30 metas em 4 grandes setores: Energia; Transporte; Agricultura e alimentação; Indústrias de base.	Pontos positivos -Êxito no plano de industrialização da economia -Superação de pontos de estrangulamento que impediam o desenvolvimento nacional Pontos negativos Desequilíbrios na balança de pagamento; Aumento da dívida externa; Aumento das taxas de inflação.
Plano Trienal	João Goulart/ Nelson Furtado	1963-1965 Burocracia	4ª Republica (Republica populista)	-Manutenção de elevada taxa de crescimento do produto; -Redução progressiva da inflação; -Redução do custo social do desenvolvimento; -Melhor distribuição de seus frutos; -Redução das desigualdades regionais de níveis de vida.	Fracasso -Reforma de base de difícil implementação. -Os controles que não eram apoiados pelo povo. -Duração de apenas 5 meses, extinto o Ministério Ordinário do Planejamento.

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo	Castelo Branco	1964-1966 Burocracia	Quinta Republica (Regime Militar)	-Acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico; -Conter progressivamente o processo inflacionário; -Atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais; -Assegurar oportunidades de emprego; -Corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos.	Não atingiu todos os objetivos, mas houve melhora na situação econômica do país.
Plano Decenal	Costa e Silva/ Médici/ Geisel	1967-1976 Pós-burocrático	Quinta Republica (Regime Militar)	Primeira tentativa de planejamento a longo prazo no Brasil: seu período previsto abrangia 10 anos.	Não saiu do papel, apenas estudos
Programa Estratégico de Desenvolvimento	Costa e Silva	1968-1970 Pós-burocrático	Quinta Republica (Regime Militar)	-Aceleração do desenvolvimento econômico; -Contenção da inflação; Desenvolvimento o a serviço do progresso social; -Expansão das oportunidades de emprego e de mão de obra; -No aspecto econômico foi bem sucedido: PIB cresce.	-----
Metas e Bases para a ação do governo	Médici	1970-1972 Pós-burocrático	Quinta Republica (Regime Militar)	-Ingresso do Brasil no mundo desenvolvido até o final do século; -Políticas que levassem ao crescimento	-----

				expressivo do PIB; -Processo de desenvolvimento autossustentado integrado; -Crescimento dos setores de infraestrutura.	
Primeiro Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico (PND)	Médici	1972-1974 Pós-burocrático	Quinta República (Regime Militar)	-Colocar o Brasil, em uma geração, na categoria das nações desenvolvidas; -Duplicar, até 1980, a renda per capita do país; -Elevar a economia às dimensões resultantes de um crescimento anual do PIB entre 8% e 10%.	-Expansão da fronteira econômica; -Consolidação do desenvolvimento no centro sul; -Primeiras tentativas de industrialização do Nordeste; -Relativa modernização da economia brasileira; -Tentativa de redução da dependência externa; Período de crescimento econômico extraordinário no Brasil, aliado a baixas taxas de inflação; -Preocupação com a redução das disparidades regionais.

<p>II Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico</p>	<p>Ernesto Geisel</p>	<p>1975-1979</p> <p>Pós-burocrático</p>	<p>Quinta República (Fim do Regime Militar – Início da chamada Distensão - Busca pela volta da democracia)</p>	<p>-Manter o crescimento acelerado dos anos anteriores, com taxas de aumento de oportunidades de emprego de mão-de-obra superiores às da década passada;</p> <p>-Reafirmar a política de conexão da inflação pelo método gradualista;</p> <p>-Manter em relativo equilíbrio o balanço de pagamentos;</p> <p>-Realizar políticas de melhoria de distribuição de renda, pessoal e regional, simultaneamente com o crescimento econômico;</p> <p>-Preservar a estabilidade social e política;</p> <p>-Realizar o desenvolvimento sem deterioração de qualidade de vida, sem devastação de recursos naturais.</p>	<p>Dívida externa do Brasil aumentou Moratória, no final de 1982</p>
---	-----------------------	---	--	---	--

<p>III Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico</p>	<p>João Batista Figueiredo</p>	<p>1980-1985 Pós-burocrático</p>	<p>Quinta República (Reconsolidação da Democracia)</p>	<p>-Acelerar o crescimento da renda e do emprego; -Melhoria da distribuição de renda com redução dos níveis de pobreza absoluta e elevação dos padrões de bem estar das classes de menor poder aquisitivo; -Redução das disparidades regionais; -Contenção da inflação; -Equilíbrio da balanço de pagamento e controle do endividamento externo; Desenvolvimento do setor energético; Aperfeiçoamento das instituições políticas.</p>	<p>-Fracasso em TODOS os objetivos; -Altas taxas de juros; -Inflação muito elevada -Desequilíbrio na balança de pagamentos.</p>
<p>Plano Cruzado e Cruzado 2 Plano Bresser e Verão Plano “feijão com arroz”</p>	<p>José Sarney Bresser Pereira/ Marcílio Marques Moreira.</p>	<p>Década de 1980 Pós-burocrático</p>	<p>Sexta República (Nova República)</p>	<p>-Crise do planejamento governamental; -Desencanto com o processo, dúvidas quanto às suas qualidades e ceticismo quanto a seu potencial; -Sinais de esgotamento da ditadura militar; -Planejamento rígido – desarticulado, fechado e parcial.</p>	<p>Planos heterodoxos de orientação voltada à política econômica (monetária e fiscal) Tiveram eficácia pequena ou nula na resolução dos problemas econômicos brasileiros.</p>

Fonte: Elaborada pelo autor

3.1.2 Planejamento Governamental Pós Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu texto, no artigo 165, nos parágrafos 1, 2 e 5, grandes mudanças referente as normas orçamentarias, através da apresentação dos novos instrumentos de planejamento da ação estatal e por esta determinação constitucional, a atividade financeira do Estado passou a ser devidamente elaborados e votados harmoniosa e integradamente, sendo eles: A Lei Orçamentaria Anual (LOA); a Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA). O PPA tem vigência de quatro anos e tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública, através de programas. É de competência da LDO, anualmente, enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte. Já no caso da LOA, tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro. Assim, “a LDO ao identificar no PPA as ações que receberão prioridade no exercício seguinte torna-se o elo entre o PPA, que funciona como um plano de médio-prazo do governo, e a LOA, que é o instrumento que viabiliza a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere” (BRASIL, 1988). Nos próximos subcapítulos, iremos adentrar no período pós CF/88, passando pelo que foi o Planejamento Governamental na década de 1990 e 2000, que culminou no grande marco do planejamento no Brasil, com o PPA de 2003 e conhecer os instrumentos de planejamento que até hoje são utilizados para se planejar toda a ação estatal.

3.1.3 O Planejamento Governamental nos anos de 1990 e 2000

Os anos 1990-2010, foi marcado pelo processo de consolidação democrática através das reformas estruturais, que apresentou alguns planos de estabilização, como o Plano Collor (1990), Plano Real (1994) e os PPA's (2000-2011). Segundo Souza (2004):

“A década de 1990 foi a da Reforma do Estado. É a partir desse momento, na sociedade contemporânea, que o Estado passa a ser questionado, criticado e apontado como o grande vilão da crise financeira, que vinha sendo diagnosticada desde fins da década de 1970 e início dos anos 80.

Celso Cardoso Jr. (2011) diz que há uma inversão das premissas que guiava o que se conhecia como planejamento no Brasil, na qual destaca de um lado o “[...] esgotamento e desmonte da função e das instituições de planejamento governamental, tais quais haviam sido constituídas ao longo das décadas de 1930 a 1980 e, de outro, de dominância liberal, tanto ideológica como econômica e política.”

Os anos de 1990 foi marcado pela implementação propriamente dita do PPA como instrumento de Planejamento Governamental na Administração Pública, que apesar de nossa Carta Magna ter sido homologada em 1988, o primeiro PPA nacional que foi efetivamente

implementado, seguindo a metodologia apresentada na CF, foi o PPA 1996/1999 intitulado “*Programa Brasil em Ação*”. Porém, o grande marco que culminou em um importante avanço no processo de evolução do planejamento no país, veio na apresentação do PPA 2000-2003, intitulado “*Avança Brasil*”.

“O grande desafio do Avança Brasil é retomar o desenvolvimento sustentável do País em quatro modalidades: social, econômica, política e ambiental, sem aumentar o déficit público”. (ENAP, 2001). Michal Gartenkraut (2002) em seu Relatório Técnico: Brasil: uma Análise do Plano Plurianual PPA 2000/2003, diz que a concepção deste plano:

[...] apóia-se nos princípios do Desenvolvimento Sustentável, que busca o equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais, requerendo assim a maior integração das diversas ações; e da Gestão Empreendedora, que focaliza sua atenção no atendimento do cidadão, enfatizando a obtenção eficaz e eficiente de resultados.

Além destas inovações apresentadas por este plano, que vai desde de sua elaboração até culminar em sua execução, “o Decreto 2.829, de 28 de outubro de 1998, que estabeleceu as normas para a elaboração e a execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União.” GARTENKRAUT (2002). O autor ainda cita as inovações significativas estabelecidas por este decreto, dentre eles:

- organização de todas as ações do governo federal, com foco nas finalísticas, em programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano;
- estruturação dos programas orientada para obtenção de resultados e sua avaliação, com definição clara de objetivos, públicos-alvo, valores, prazos, metas físicas, indicadores quantitativos para mensuração da modificação de situação proposta pelo programa e fontes de financiamento;
- integração das intervenções, com exploração das externalidades, visando à maximização da rentabilidade do capital investido;
- adoção do conceito de investimento estratégico – aquele dotado de suficientes efeitos multiplicadores para promover mudanças significativas na realidade em que se insere;
- aperfeiçoamento da classificação funcional-programática, formalizada nas Portarias MPO no 117/1998, de 12/11/1998 e MOG nº 42/1999, de 14/4/1999;
- adoção de um modelo moderno de gerenciamento, baseado nos princípios da Gestão Empreendedora, que privilegia a obtenção de resultados;
- designação de um gerente para cada programa; utilização de um Sistema de Informações Gerenciais, como instrumento fundamental de gerenciamento, para o eficiente fluxo de informações e de recursos financeiros;
- avaliação anual da consecução dos objetivos;
- e promoção da descentralização, integração com estados e municípios e formação de parcerias com o setor privado.

3.1.4 Instrumentos de Planejamento da Administração Pública Brasileira

Como foi dito anteriormente, a CF/88 apresentou novas formas de planejar a ação do Estado, através de instrumentos criados para facilitar as articulações do governo e comunicação

entre as esferas públicas. Neste subcapítulo, será apresentado o que são e como funciona estes instrumentos.

3.1.4.1 Plano Plurianual

O Plano Plurianual é o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio/longo prazo na Administração Pública Brasileira, apresentado na CF 88 e regulamentado pelo Decreto 2829 de 28 de outubro de 1998. “É uma lei de iniciativa do Executivo e que contém as diretrizes, objetivos e metas da administração com periodicidade quadrienal” (ATAÍDE, 2016 apud SANCHES, 2008). Ou seja, “é o instrumento gerencial de planejamento das ações governamentais de caráter estratégico e político, que visa evidenciar o programa de trabalho do governo manifesto nas diretrizes e nas ações para longo prazo e os respectivos objetivos a serem alcançados e quantificados fisicamente” (CNM, 2013). O livro “Introdução ao Orçamento Público” da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP, 2017), define o PPA, como sendo:

[...] um plano onde se encontram descritas todas as diretrizes para que a administração pública cumpra as metas e objetivos planejados para todo o mandato do governante. É conhecido também como “programa de governo”, sendo o principal instrumento de planejamento das ações do gestor público. As diretrizes estão relacionadas aos grandes propósitos de atuação do governo para o período do mandato presidencial. Já os objetivos são desdobrados em programas, onde estão contidas as ações (projetos e atividades).

Segundo Avon (2012 p.44) as diretrizes dos PPA “(...) propõem orientações de caráter geral para alcance dos objetivos, estes discriminam as metas a serem alcançadas, ao passo que as metas apresentam a quantificação física e financeira dos objetivos.” A parte financeira do PPA é dividida em despesas de capital, despesas correntes e programas de duração continuada, na qual, o autor define como:

Despesas de capital tratam dos gastos com investimentos, inversões financeiras e transferências de capital. Despesas correntes são relacionadas com o custeio geral da estrutura administrativa. Programas de duração continuada são ações de governo de caráter específico, cuja duração seja superior a um exercício financeiro, como exemplo, o programa “Bolsa Família”.

3.1.4.1.1 Vigência do PPA

O PPA tem sua vigência, iniciando a partir do 2º ano do mandato do chefe do executivo (União, Estados e Municípios) e culminando no primeiro ano financeiro do mandato seguinte. “O objetivo dessa regra é garantir que, quando um governante assumir o poder, tenha o primeiro ano do seu mandato para propor seu programa de trabalho, adaptando sua plataforma eleitoral

à forma de uma lei que norteará o planejamento e as ações da Administração Pública durante o seu mandato.” (ENAP, 2017)

Ainda sobre a vigência do PPA, a CF/88 no “ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, no art. 35 § 2º que trata da entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, diz:

I– o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

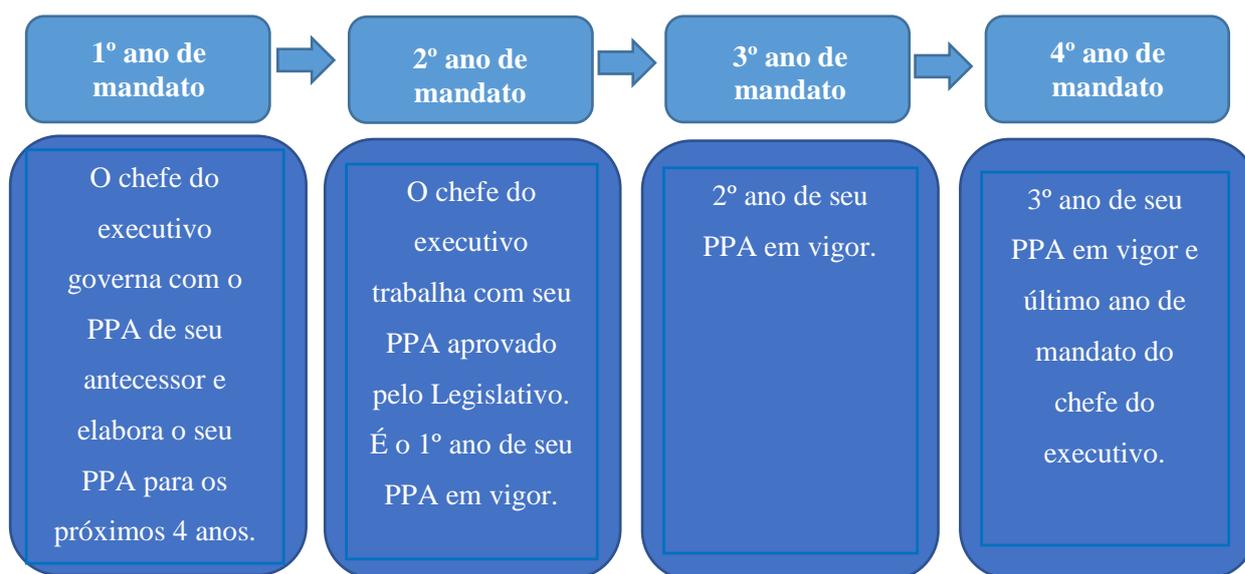


Figura 1: Vigência do PPA

Fonte: Adaptado do Módulo 1: Introdução ao Orçamento Público – ENAP 2017.

3.1.4.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias

“A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e as prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.” (BRASIL, 1988).

As diretrizes orçamentárias constituem um conjunto de instruções para a concretização de um plano de ação governamental. É um instrumento de planejamento, onde, entre outras providências, destacam-se aquelas voltadas para a elaboração do orçamento. Deve ser aprovada pelo Legislativo, portanto, por lei. (CNM, 2013). Avon (2012 p.45) define a LDO, como:

(...) instrumento de planejamento de curto prazo (1 ano), que delimita as metas e prioridades da Administração Pública, orientando a elaboração do orçamento para o ano seguinte (...)

O livro “Introdução ao Orçamento Público (ENAP 2017)” enfatiza duas funções da LDO, estabelecidas pela Constituição Federal de 1988:

[...] fixar parâmetros para que os Poderes da União e o Ministério Público elaborem suas propostas de orçamento; e estabelecer parâmetros e autorizar concessão de vantagem ou aumento de remuneração aos servidores dos Poderes da União e do Ministério Público; ressalvam-se, nesse caso, as empresas públicas e sociedades de economia mista.

3.1.4.2.1 Prazos e vigência da LDO

A LDO tem vigência anual, ou seja, deve ser elaborada em todo exercício financeiro, com prazo para entrega até abril de cada ano e deve apresentar as metas fiscais e as prioridades orçamentárias do poder executivo para aquele ano.

3.1.4.3 Lei Orçamentaria Anual

A lei orçamentária da União estima receitas e fixa as despesas para um exercício financeiro, através da alocação de recursos para a execução do planejamento. “De um lado, permite avaliar as fontes de recursos públicos no universo dos contribuintes e, de outro, quem são os beneficiários desses recursos” (BRASIL, 1988). É o instrumento que permite a realização das metas e objetivos estabelecidos pela LDO, onde se estabelece a previsão de todas as receitas a serem arrecadadas no exercício financeiro e a fixação de todos os gastos que os Poderes e os órgãos estão autorizados a executar, destinado atender as ações realizadas à sociedade. Segundo o parágrafo 5º da CF/88 - A lei orçamentária anual (BRASIL, 1988) compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

3.2.4.3.1 Prazo e Vigência da LOA

O projeto de LOA deve ser enviado pelo Poder Executivo, até 31 de agosto do exercício financeiro em vigor, ao Poder Legislativo, configurando até 4 meses antes do final do exercício financeiro anterior a sua vigência, precisando ser devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa do ano do seu envio. (ENAP, 2017)

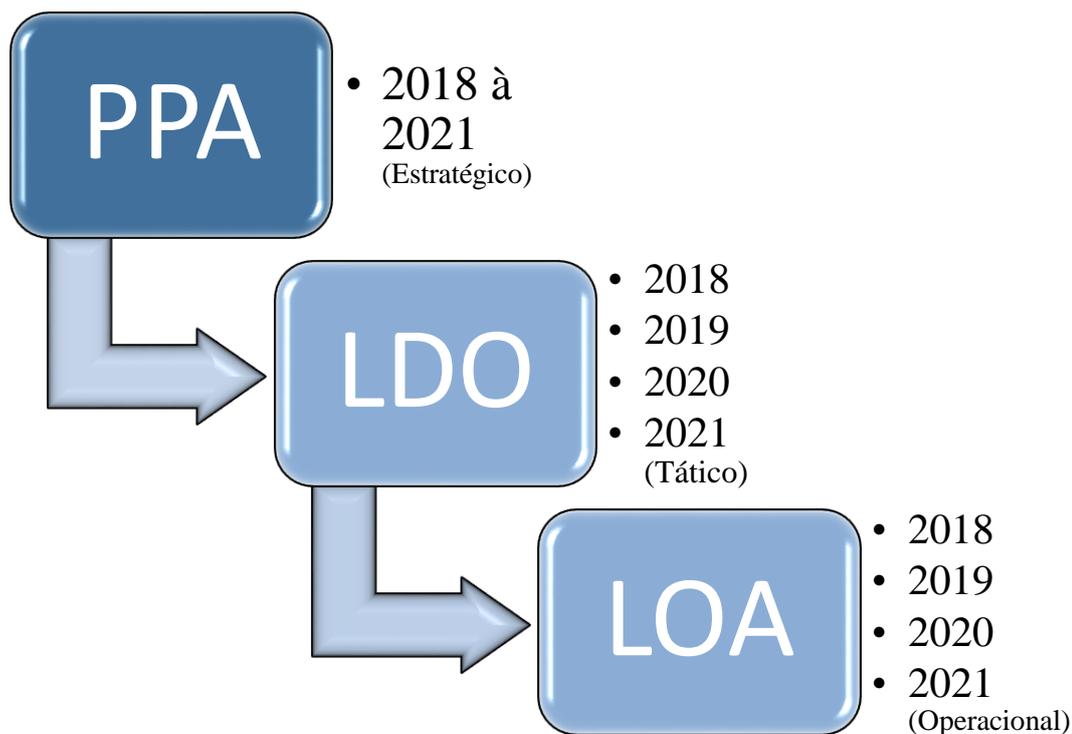


Figura 2: Esquema das Leis Orçamentárias
Fonte: Elaborado pelo autor

3.2 ORÇAMENTO PÚBLICO

Os atos mais importantes para o Poder Executivo e para os cidadãos encontram-se diretamente ligados aos planos e orçamentos, sejam da união; dos estados ou dos municípios, caracterizando assim o orçamento público.

Avon (2012 p.44) traz em seu livro o conceito de Orçamento Público:

(...) é o instrumento de que se serve o Estado para, em um dado espaço de tempo, prever suas receitas e fixar suas despesas, também sendo denominado “lei de meios”, em razão de tratar dos meios através dos quais a Administração Pública levará a efeito suas atividades, dentro de critérios de organização e equilíbrio. Há quem o defina como o instrumento de conjunção entre o planejamento estatal e sua quantificação física e monetarização, de forma a permitir a mensuração e fiscalização das ações estatais.

Turquetto e Frabrizio (2013) definem Orçamento Público como:

(...) em sentido amplo, é um documento legal, que contém a previsão das receitas a serem arrecadadas e a fixação de despesas a serem realizadas por um governo em um determinado exercício financeiro, geralmente compreendido por um ano.

O Confederação Nacional dos Municípios em seu livro “Planejamento Municipal” (2013, p. 16) traz a conceituação de termos estabelecidos dentro do planejamento do municípios, como: Diretrizes “compreendem grandes linhas de ação de um governo. O

Conjunto de indicações para levar a termo um plano (mega objetivos); Objetivos “é cada bem ou serviço que as entidades públicas se propõem a colocar à disposição da comunidade no cumprimento de suas finalidades para satisfazer às necessidades coletivas (macro objetivos) e Metas “as parcelas de resultado que se pretende alcançar no período de vigência do Plano Plurianual, para cada um dos objetivos devem estar expressas pela variação dos índices dos indicadores dos programas.

A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), também apresenta uma conceituação do que seria Orçamento Público, que o define como sendo:

[...] o ato formal (legal) pelo qual o Poder Legislativo aprova e autoriza que sejam realizadas despesas pelos demais Poderes (Executivo, Judiciário e o próprio Legislativo), assim como pelo Ministério Público, por um determinado período, destinadas ao funcionamento dos serviços públicos em geral e outros fins previstos em políticas econômicas. Esse ato legal prevê ainda a arrecadação de receitas do poder público.

Isto quer dizer que além de um instrumento de planejamento, o orçamento público é uma lei. “Nela encontram-se contemplados os recursos a serem usados pelo governo, provenientes dos impostos, taxas e contribuições. Esses tributos são revertidos em obras e serviços que beneficiam a sociedade brasileira [...]” (ENAP, 2017).

3.2.1. Ciclo Orçamentário

O Ciclo Orçamentário trata-se da sequência de fases que deve ser cumprida como parte do processo orçamentário. Sanches (1993 apud Orin, 1963) diz que "o ciclo orçamentário pode ser definido como uma série de passos, que se repetem em períodos prefixados, segundo os quais os orçamentos sucessivos são preparados, votados, executados, os resultados avaliados e as contas aprovadas."

Mendes e Rennó (2015) definem ciclo orçamentário, como sendo: “um processo contínuo, dinâmico e flexível, por meio do qual se elabora/planeja, aprova, executa, controla/avalia a programação de dispêndios do setor público nos aspectos físico e financeiro.”

Este ciclo se baseia em quatro etapas básicas: elaboração/planejamento da proposta orçamentaria; discussão/estudo/aprovação da lei de orçamento; execução orçamentaria e financeira e; avaliação e controle, como poderemos perceber na figura a seguir:

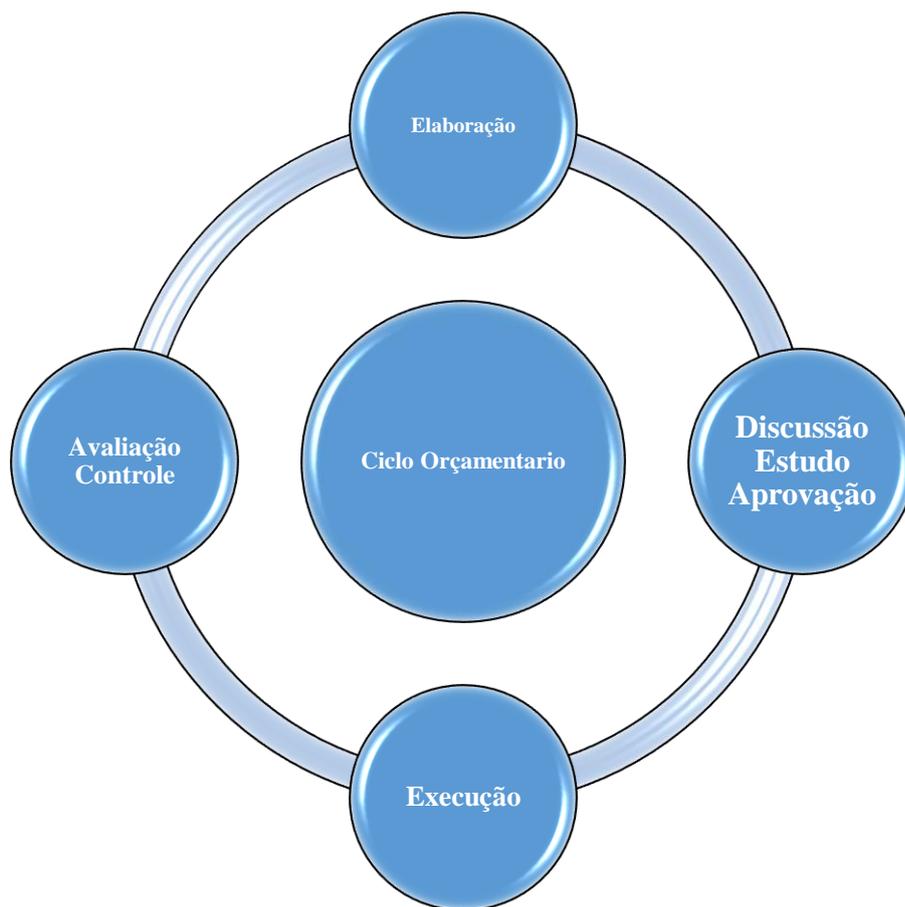


Figura 3: Ciclo Orçamentário
Fonte: Elaborada pelo autor

Na fase de “Elaboração e Planejamento”, fica a cargo do poder executivo elaborar a proposta orçamentaria, na qual consiste nas atividades relacionadas a estimativa de receitas e alocação de recursos. Sanches (1993) diz que esta primeira fase envolve:

[...] além das tarefas relacionadas à estimativa da receita, um conjunto de atividades normalmente referidas como formulação do programa de trabalho - que compreende o diagnóstico de problemas, a formulação de alternativas, a tomada de decisões, a fixação de metas e a definição de custos [...]

A fase de “Discussão, estudo e aprovação”, corresponde ao envio da proposta orçamentaria ao poder legislativo para debate da mesma pelos parlamentares. Sanches (1993), diz que esta fase:

[...]compreende a tramitação da proposta de orçamento no Poder Legislativo, onde as estimativas de receita são revistas, as alternativas são reavaliadas, os programas de trabalho são modificados através de emendas, e os parâmetros de execução (inclusive os necessários a uma certa flexibilidade) são estabelecidos.

A terceira fase, “Execução Orçamentaria e Financeira” é caracterizada pela arrecadação das receitas e realização das despesas. Além disso, como cita Sanches (1993):

Na terceira fase, o orçamento é programado, isto é, são definidos os cronogramas de desembolso -- ajustando o fluxo de dispêndios às sazonalidades da arrecadação --, executado, acompanhado e parcialmente avaliado, sobretudo por intermédio dos mecanismos e entidades de controle interno e das inspeções realizadas pelos órgãos de controle externo, notadamente pelos Tribunais de Contas.

A fase de “Avaliação e Controle”, tem como característica acontecer de forma concomitante a fase de execução orçamentaria, de forma que durante o processo a eficiência e a eficácia sejam preservadas. Segundo Mendes e Rennó (2015), a avaliação orçamentaria:

[...] é a parte do controle orçamentário que analisa a eficácia e a eficiência dos cursos de ação cumpridos, e proporciona elementos de juízo aos responsáveis da gestão administrativa para adotar as medidas tendentes à consecução de seus objetivos e à otimização do uso dos recursos colocados à sua disposição, o que contribui para realimentar o processo de Administração Orçamentária.

Ainda sobre a Avaliação Orçamentária, Mendes e Rennó (2015) escrevem que seu propósito é, “[...] de contribuir para a qualidade da elaboração de uma nova proposta orçamentária, reiniciando um novo ciclo orçamentário” e que esta definição traz dois critérios de análise a ser seguidos: análise de eficácia e análise de eficiência.

O quadro a seguir nos mostra os principais procedimentos do ciclo orçamentário, envolvendo os três instrumentais de planejamento governamental, suas fases/situação e seus prazos.

Situação/Instrumento	PPA	LDO	LOA
Envio da proposta ao Poder Legislativo	<i>Até 4 meses antes do final do primeiro exercício financeiro do mandato do novo Governante (31/08).</i>	<i>Até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15/04).</i>	<i>Até 4 meses antes do final do exercício financeiro anterior a sua vigência (31/08).</i>
Devolução da proposta ao Poder Executivo	<i>Até o encerramento da sessão legislativa do ano do seu envio (22/12).</i>	<i>Até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa (17/07).</i>	<i>Até o encerramento da sessão legislativa do ano de seu envio (22/12).</i>
Vigência	<i>4 anos Obs.: Até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente.</i>	<i>12 meses Anual</i>	<i>12 meses Anual</i>

Quadro 2: Principais procedimentos do Ciclo Orçamentário

Fonte: Módulo 1: Introdução ao Orçamento Público – ENAP 2017.

3.3 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

“O Orçamento Participativo é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite os cidadãos intervir diretamente sobre a gestão financeira, orçamentária e contábil das entidades públicas.” (Costa, 2010). Ou seja, consiste na criação de um canal de participação social, no qual permite que o cidadão atue de forma efetiva na formulação do orçamento público, seja fiscalizando ou sugerindo pastas do governo das quais julgue prioritária. Porém, mesmo com a abertura de espaço de participação, nada garante que a gestão acatará a “vontade popular” e nem que o governo posterior dará continuidade a esta prática, como diz Costa (2010), “instituir o Orçamento Participativo como parte do processo político por si só não garante a sua continuidade ao longo dos mandatos.”

Grandes mudanças ocorreram criando a necessidade de se pensar na educação da população visando o fortalecimento da democracia participativa. Liu e Pini (2014), citam que no século XXI houveram a criação de “espaços e mecanismos [...] da participação e do controle social, entendidos como outros instrumentos metodológicos de construção da governança política”, entre eles: plebiscito; referendo; projeto de lei de iniciativa popular; e conselho públicos gestores. Segundo os autores, “esses são os principais instrumentos que pretendem constituir as nossas formas de democracia mais ativa e participativa.” (LIU E PINI, 2014)

Avritzer e Navarro (2003) “destacam que a forma como o Orçamento Participativo é institucionalizado no interior dos governos locais depende do seu procedimento metodológico.” Costa (2010 apud Ricci, 2007) em seu artigo “Vinte Anos De Orçamento Participativo: Análise Das Experiências Em Municípios Brasileiros”, apresenta as fases que devem ser observadas ao longo do processo de implantação do OP, nas quais citam: fase de legitimação; fase de efetividade e; fase de institucionalização.

Na Fase de Legitimação, “[...] procura-se a legitimação no interior do governo, o reconhecimento do governo, a incorporação dos processos de participação gerencial nas secretarias e instâncias da gestão municipal, legitimação externa ou social [...]” (Costa, 2010).

Já na Fase de Efetividade, “[...] surgem novos objetivos visando à consolidação do processo de descentralização administrativa, aumento da participação das comunidades no processo de gestão, propiciando a discussão do desenvolvimento do território em sua totalidade.” Costa (2010) ainda cita, 3 instrumentos para definir esta etapa:

- 1) construção de programas e práticas intersetoriais que envolvam as diversas instâncias de governo na formulação de projetos de desenvolvimento de territórios; 2) criação de um sistema de comunicação social e de planejamento que envolva e integre comunidades de diversos territórios e instâncias governamentais e, 3) criação de práticas

de empoderamento social (estruturas estatais participativas, descentralizadas, articuladas em rede, elaboração e gestão de políticas públicas) que se articulem ao redor de um sistema de governança social.

E por fim, a Fase de Institucionalização, na qual Costa (2010) define, como:

[...] fase em que o OP é consolidado (ou interiorizado) na cultura política e social do município, capaz de se sustentar ao longo dos mandatos. Para isso, a dinâmica participativa deve superar a estrutura burocrática da organização estatal por meio de um sistema de gestão de natureza híbrida (instâncias estatais onde o governo e a sociedade civil estariam assentados para gerenciar as políticas públicas).

3.3.1 Orçamento Impositivo

“[...] Na Constituição da República, arts. 165 a 169, o modelo brasileiro não estabelece a obrigatoriedade de se executar tudo o que foi definido no orçamento, pois não é preciso pedir autorização ao Congresso para não implementar determinada despesa.” (LIMA, 2003). Desta forma, o Orçamento Impositivo, surgiu para exigir a obrigatoriedade da execução de todo o orçamento nos termos em que ele foi aprovado no Congresso Nacional, a partir das emendas individuais. “A legislação e a execução prática do orçamento da União, no Brasil, consideram a despesa fixada na lei orçamentária como uma ‘autorização para gastar’, e não como uma ‘obrigação de gastar’.” (DIAS E MENDES, 2014). Isto quer dizer que mesmo com a aprovação no Congresso, o poder executivo não era obrigado a cumprir tal determinação.

Porém, neste ano de 2019, foi aprovada pela câmara do deputados a proposta de emenda à Constituição (PEC 34/19) do Orçamento Impositivo de emendas de bancada, que prevê a execução obrigatória desse tipo de emenda, como já ocorria com as emendas individuais. “Com a aprovação da PEC as emendas de bancada serão de execução obrigatória e corresponderão a 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.” (CAMARA, 2019)

A Emenda 100/2019 apresentada pelo Senado Federal, “altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária proveniente de emendas de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal.” (SENADO, 2019)

3.4 PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Participar é se envolver, discutir, propor e compartilhar ideias. “A participação da população é um processo de conquista que supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até mesmo temerárias.” (DEMO, 1996).

Nunca na história do país ouviu-se tanto, quanto nos dias atuais, tamanha discussão acerca da relevância da participação social como ponto crucial para a manutenção de um regime

democrático. Desta forma, segundo Bandeira (1999) “tem-se tornado cada vez mais aceita, nos últimos anos, no Brasil, a ideia de que é necessário criar mecanismos que possibilitem participação mais direta da comunidade na formulação, no detalhamento e na implementação das políticas públicas.”

3.4.1 (Des)Mobilização Popular

A falta de abertura de espaços de participação populacional nas decisões governamentais dos municípios brasileiros, no qual abriria um canal de relacionamento direto entre a gestão e a sociedade civil, acarreta no surgimento de um fenômeno chamado “desmobilização”.

Crantschaninov (2018, p. 19) em sua tese sobre Desmobilização indica que:

Observa-se, atualmente, um desencantamento com as possibilidades efetivas de atuação dos movimentos sociais nos espaços de participação, levando, em alguns casos, ao abandono e esvaziamento dos mesmos.

A autora diz ainda que esses “espaços de participação esvaziados deixam de cumprir com o propósito inicial de democratização do Estado e aproximação dos entes governamentais dos problemas enfrentados cotidianamente pela sociedade.” (CRANTSCHANINOV, 2018).

Outra das razões que ocasiona tal fenômeno encontra-se na “dificuldade” ou falta de interesse dos governantes em tornar tais espaços participativos de conhecimento geral da comunidade. Desta forma, apesar da existência de meio de interação do cidadão com a gestão, a falta de informação da população acerca deste canal, torna tal ferramenta, obsoleta.

Em muitos dos casos, há por parte da gestão a abertura deste canal de participação social, porém, a própria comunidade apresenta várias vezes um grau de instrução abaixo da média, fazendo com que as informações passadas percam seu valor, a medida que não serão entendidas, ocasionando assim a falta de mobilização popular, visando a participação. Portanto, cabe a gestão simplificar o processo (de coleta de sugestões e disseminação de informações) afim de se fazer entender a todas as camadas da comunidade visada.

3.5 CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O controle Administrativo em seu sentido amplo significa a faculdade de vigilância, orientação e correção das ações governamentais exercidas por um poder, órgão ou autoridade atuantes na Administração Pública. Hely Lopes Meirelles (1999) cita que “controle, na administração pública, é a faculdade de vigilância, orientação e correção que um Poder, Órgão

ou Autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro”. Avon (2012 p. 51) define Controle como:

(...) é a fiscalização de atos praticados, emitindo-se juízo de valor a respeito. A fiscalização pode compreender a inspeção, o exame, a verificação, o acompanhamento pela própria Administração, dos atos praticados por ela mesma, de forma a determinar a correção de conduta gerencial, a atuação conforme as determinações legais e aos modelos anteriormente estipulados, de forma sistemática. Cumpre ressaltar que a ideia de controle relaciona-se, de forma imediata, ao conceito patrimonial de ativos financeiros.

Segundo Chiavenato (2008) controlar significa garantir que o planejamento seja bem executado e que os objetivos estabelecidos sejam alcançados da melhor maneira possível. O controle trata-se da última das funções administrativas da gestão pública, está diretamente ligada com o sucesso da organização na busca por atingir as metas traçadas no planejamento e tem como objetivo garantir o respeito aos direitos subjetivos dos usuários e assegurar a observância das diretrizes constitucionais da Administração.

Para Londero (2012, p.14) a função do controle na Administração Pública trata-se de:

Ferramenta fundamental para garantir que a sociedade tenha suas necessidades atendidas, pois os agentes públicos, gestores dos recursos públicos que são, por exigência legal e mesmo por pressões sociais, devem prestar contas do que foi realizado e tais informações necessitam representar efetivamente os resultados mais efetivos à coletividade.

Chiavenato (2008) diz que controle é o processo pelo qual são fornecidas as informações e retroação para manter as funções dentro de suas respectivas trilhas.

Afim de ressaltar a motivação para o exercício do controle no âmbito da Administração Pública, a CF/88 traz em seu texto a Emenda Constitucional nº2 19/98, na qual diz que prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária.

Londero (2012, p.17) traz em seu texto a observância do Decreto-Lei Federal 200/67 que diz:

O controle será abrangente dos aspectos administrativos, orçamentário, patrimonial e financeiro, tendo por principais objetivos assegurar, em cada Ministério, a observância da legislação e dos programas do Governo, coordenar as atividades dos distintos órgãos e harmonizá-las com as dos demais Ministérios, avaliar a atuação dos órgãos supervisionados e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e sua economicidade.

3.5.1 Tipos de Controle na Administração Pública

O controle do gastos públicos, regulamentados pela Constituição Cidadão de 1988, estabeleceu em seus artigos 70 à 74 dois tipos de controle: o interno e o externo. Os subcapítulos a seguir se aprofundará acerca das definições de ambos e ainda contando com a adição do Controle Social.

3.5.1.1 Controle Interno da Administração Pública

O controle interno é aquele exercido pela própria entidade ou órgão responsável pela a atividade controlada no âmbito da própria Administração. (Londero, 2012 apud Gomes, 2001).

Segundo a Resolução CFC 820/97 controle interno trata-se de um conjunto integrado de método e procedimentos adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis, e da sua eficácia operacional. Hely Lopes Meirelles define controle interno como:

(...) todo aquele que o Executivo e os órgãos de administração dos demais Poderes exercem sobre suas próprias atividades, com o escopo de adequá-las à lei e aos parâmetros da juridicidade administrativa, segundo as necessidades do serviço e as exigências técnicas e econômico-sociais de sua realização.

Avon (2012 p. 75) conceitua Controle Interno como:

(...) conjunto de atividades, planos, métodos e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar que os objetivos dos órgãos e entidades da administração pública sejam alcançados, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público, conforme Instrução Normativa nº 16/91, da Secretaria do Tesouro Nacional.

3.5.1.2 Controle Externo da Administração Pública

Segundo o Art. 71 da CF/88 o controle externo é função exercida por dois órgãos autônomos: o Poder Legislativo e o órgão de controle externo (TCU) que funciona como órgão auxiliar, que possuem competências constitucionalmente definidas e distintas, e que compreende o controle e a fiscalização de toda a Administração Pública. No Art. 75, estendeu essa mesma regra aos demais Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como aos Tribunais dos Municípios ainda existentes.

Segundo Guerra (2005) define Controle Externo como:

(...) aquele desempenhado por órgão apartado do outro controlado, tendo por finalidade a efetivação de mecanismos, visando garantir a plena eficácia das ações de gestão governamental, porquanto a Administração Pública deve ser fiscalizada, na gestão dos interesses da sociedade, por órgão de fora de suas partes, impondo atuação em consonância com os princípios determinados pelo ordenamento jurídico, como os da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, publicidade, motivação, impessoalidade, entre outros.

A fiscalização exercida pelo Poder Legislativo sobre os atos e atividades da Administração Pública, tem como objetivo prevenir que tais ações não desviem-se das normas pré-estabelecidas. Este controle contempla a fiscalização contábil, financeira, orçamentaria, operacional e patrimonial, visando à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Pode ser definido como um controle político das atividades do Estado, afim de comprovar a probidade dos atos da administração, acerca da regularidade dos gastos públicos e do emprego de bens, valores e dinheiros públicos e a fiel execução da lei orçamentária.

3.5.1.3 Controle Social na Administração Pública

O controle social apresenta-se como peça de ligação entre a sociedade e o governo, proporcionando ao cidadão o pleno exercício da cidadania, tornando-se parceiro do Estado, ao cooperar com o planejamento e participação do controle das despesas realizadas pela gestão pública. (PINHEIRO, 2015). Londero (2012 apud Melo 2012) diz que qualquer cidadão, partido político, Associação ou sindicato, é parte legítima, para na forma da lei, promover o Controle Social, ou seja, denunciar irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas, colaborando assim no controle externo dos atos da Administração Pública.

Pinheiro (2015) afirma que ter uma sociedade participativa faz despertar o interesse de todos em conhecer a execução dos processos que se transformam em programas governamentais voltadas a atender a população em geral.

3.6 MUNICÍPIO DE BATURITÉ

A pesquisa foi realizada no município de Baturité, localizado no interior do estado do Ceará, cerca de 100km de distância da capital Fortaleza. Região inicialmente habitada por diversas etnias nativas como os Potyguara, Jenipapo, Kanyndé, Choró e Quesito, recebeu a partir do século XVII diversas expedições militares e religiosas. Em meados da década de 1950, com a expulsão dos Holandeses do território, a coroa Portuguesa iniciou Jesuítas, a doação de sesmarias, busca de metais preciosos e a implantação da pecuária do Ceará. (BATURITÉ, 2018)

Em 1759, com a expulsão dos Jesuítas, a missão (como era chamado o território) foi elevada à condição de Vila com o nome de Monte-Mor o Novo d'América e elevado à condição de cidade com a denominação de Baturité, palavra originária do Tupi que significa “Serra Verdadeira”, pela Lei Provincial n.º 844, de 09-08-1858. A Tribo indígena Baturité deu o nome à Serra, e esta denominação estendeu-se ao território que atualmente pertence ao

Município. Na metade do século XIX, Baturité tinha como principal atividade econômica a cultura do café, chegando na época a deter 2% de toda a produção brasileira. (BATURITÉ, 2018)

O município encontra-se hoje dividido de forma mista, pois compreende quantidade significativa de seu território em zona urbana e rural. Sua população estimada no último censo é de 33.326 habitantes que representa cerca de 0,40% da população do estado de Ceará.

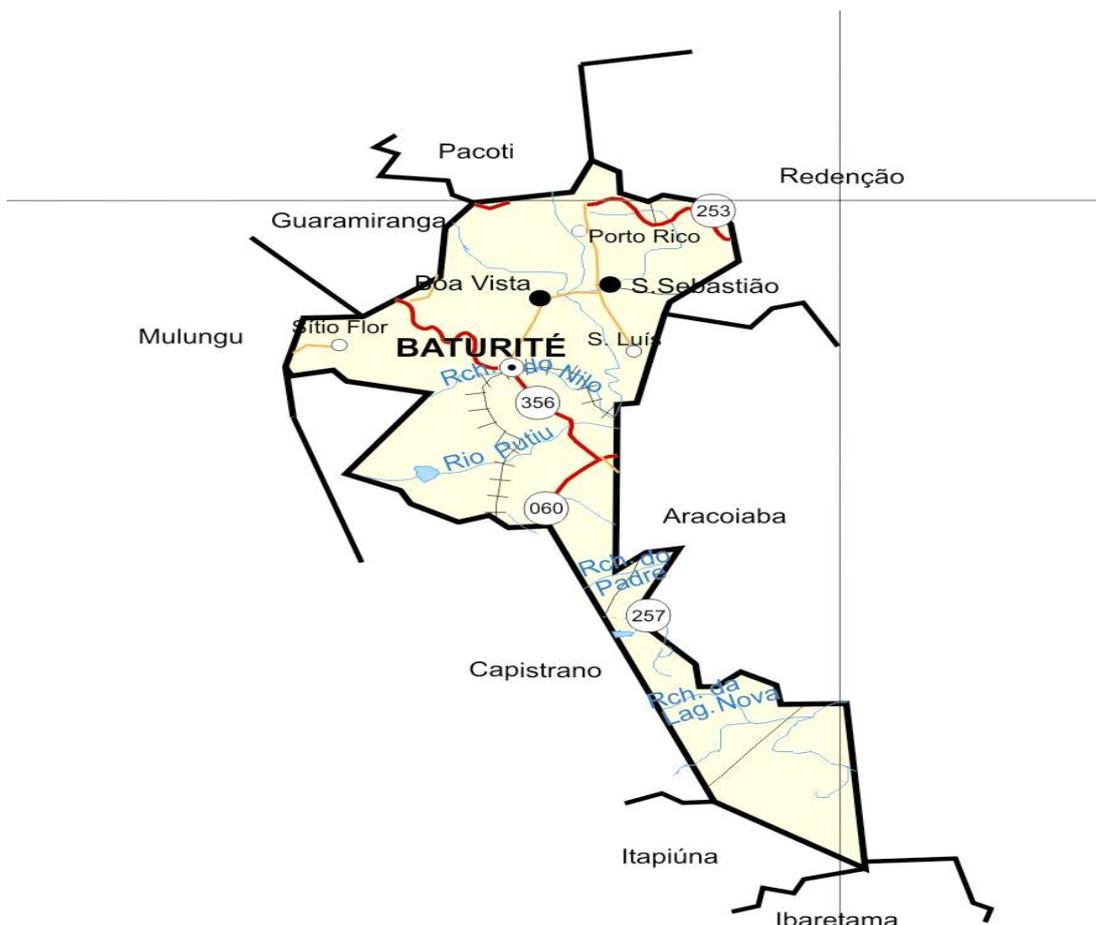


Figura 4 - Mapa territorial do município de Baturité-CE
Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

Divisão Territorial		
<i>Códigos</i>	<i>Distritos</i>	<i>Ano de Criação</i>
230210705	Baturité	1793
230210710	Boa Vista	1991
230210740	São Sebastião	1991

Quadro 3 - Divisão Territorial do município de Baturité-Ce
Fonte: IBGE/IPECE.

3.7 PPA CIDADÃO

Segundo o Controlador Geral do Município, o PPA Cidadão de Baturité, 2018-2021, foi uma ação idealizada pelo Prefeito Municipal e por sua equipe de Contadores, Advogados e Secretários Municipais e apresentada em seu plano de governo durante a campanha eleitoral de 2016. Além de abrir um espaço de participação o objetivo da ação era atender as necessidades mais urgentes de cada comunidade, tendo como prioridade: reformas de escolas, finalização de várias obras inacabadas, recuperação das estradas, construção de UBS (Unidades Básicas de Saúde) e investimentos na frota veicular de todas as Secretarias dando ênfase na Saúde e Educação. A ação buscava atingir o máximo possível de cidadãos e desta forma garantir dignidade a essas pessoas que tanto necessitam de investimentos por parte do poder público.

Ainda segundo o Controlador Geral, não há um órgão específico responsável pela execução do projeto, toda a Administração Direta, segregada por Secretarias, busca atingir as metas planejadas, sendo a Controladoria responsável pelo monitoramento e os setores de Administração e Finanças/Gabinete, além da Comunicação e Marketing, responsáveis pelo tratamento dos dados.

A ação foi executada em duas fases, a primeira, através de audiências públicas nas comunidades de Evaristo, Beira Rio, Açudinho e Sede. Além da disponibilização de canais digitais, com ampla divulgação e convocação a participação popular. Estima-se que nesta etapa houve a participação entre 5% a 9% da população municipal. O Controlador Geral, atribui o baixo número de adesões ao projeto a gestão anterior, sendo que a mesma não teria realizado ações de participação e a comunidade estava bastante desacreditada com Administração Pública.

A segunda fase, consistiu na participação propriamente dita, na qual através de uma plataforma disponibilizada no site da prefeitura, os munícipes poderiam sugerir as áreas em que a gestão deveria focar os recursos públicos e uma ou mais ações que a prefeitura poderia pôr em prática. Segue abaixo as imagens da plataforma de participação do PPA-Cidadão de Baturité.

Logo na página inicial do site da prefeitura, conforme Figura 5, poderia ser encontrado a aba que levaria até a página de participação.



Figura 5 – Página inicial PPA-Cidadão do município de Baturité-CE
 Fonte: Prefeitura Municipal de Baturité / Site oficial

Esta é a página de início do processo de participação, nela era apresentado o cronograma do projeto, além de responder algumas dúvidas que poderiam existir, como por exemplo, o que é o Plano Plurianual.



Figura 6 – Pagina de iniciação do processo de participação
 Fonte: Prefeitura Municipal de Baturité / Site oficial

Na página seguinte, denominada “Formulário”, o cidadão deveria identificar-se, preenchendo as áreas: Nome, Endereço, Bairro, Sexo, Tipo de participação (individual;

associação ou outro), a Temática (pasta do município) e sugestões através de mensagem, conforme figuras 6, 7 e 7.1.

Figura 7 – Página de participação
Fonte: Prefeitura Municipal de Baturité / Site oficial

Figura 7.1 - Página de participação
Fonte: Prefeitura Municipal de Baturité / Site oficial

Por fim, a página de conclusão, na qual apresenta a mensagem de sucesso na participação e o número de registro na mesma.

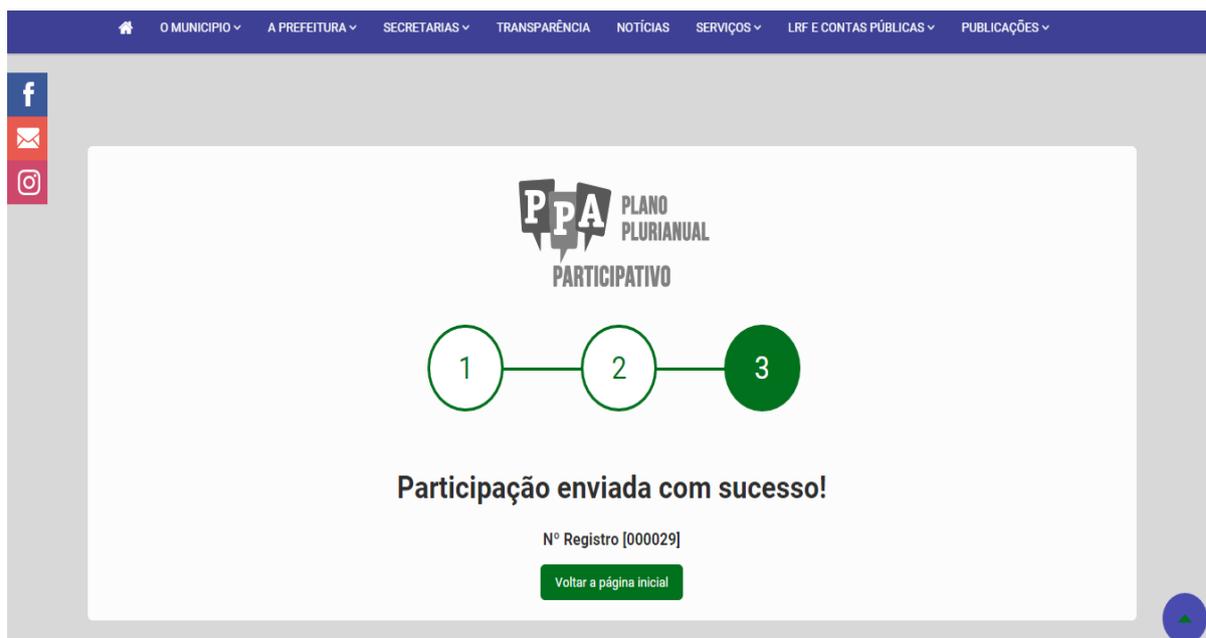


Imagem 8 – Pagina de Conclusão

Fonte: Prefeitura Municipal de Baturité / Site oficial

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo irá discutir os resultados alcançados pelo próprio projeto, levando em consideração os objetivos traçados para esta pesquisa: qual o grau de participação e a real contribuição da população na elaboração do PPA de Baturité.

As informações que serão apresentadas a seguir, foram fornecidas pela prefeitura municipal e os dados populacionais obtidos no site do IBGE, que segundo o último censo (2017) o município de Baturité possui uma população de 33.326 habitantes. No banco de dados do projeto foi observado treze (13) participações, o que significa aproximadamente 0,039% do total da população, como pode ser observado abaixo.

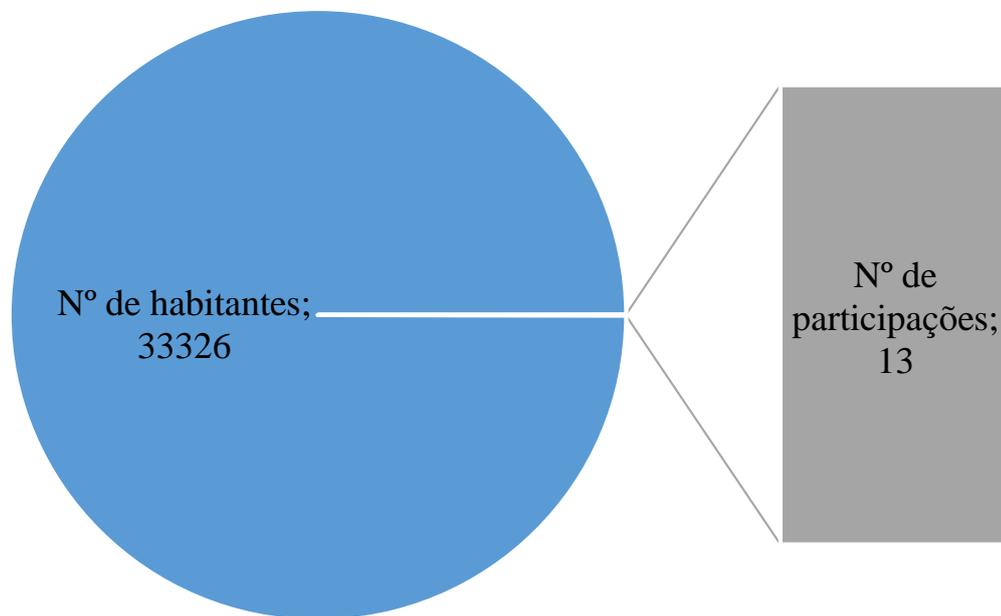


Gráfico 1: Participação no PPA Cidadão
Fonte: Elaborado pelo autor.

As questões que ficam após perceber este número de participações é: *Pode um número inferior a 0,040% em um universo de mais de 30.000 pessoas ser considerado uma real participação? Qual a razão por trás do baixo número de adesões ao projeto? E a gestão*

responsável pelo projeto pretende repeti-lo, se sim, o que está sendo feito para reverter este quadro em um futuro próximo?

Tais questionamentos nos leva novamente a uma das questões que foi tratada anteriormente neste trabalho, o fenômeno da “Desmobilização Popular”. O que deve ser feito para “Remobilizar” a população a participar destes processos? E de quem é a responsabilidade deste tipo de ação?

O fato é que não se sabe se está ação se tornará corriqueira dentro do município ou se será uma fato isolado, o que faz com que as pessoas não criem o “habito” de participar. Um dos grandes aliados nesta luta por tornar a gestão democrática e participativa uma realidade é a “Educação Política”, neste caso “Reeducação”, fazendo com que a participação não se limite a escolha de representantes (vereadores, deputados, etc.) ou através dos conselhos (controle social), mas que se fortifique a partir da busca contínua e individual dos cidadãos de seus direitos e vozes.

O gráfico 2 mostra, em número e porcentagem, a participação separada por gênero, tendo 54% (7) dos participantes sendo do gênero feminino e 46% (6) do gênero masculino.

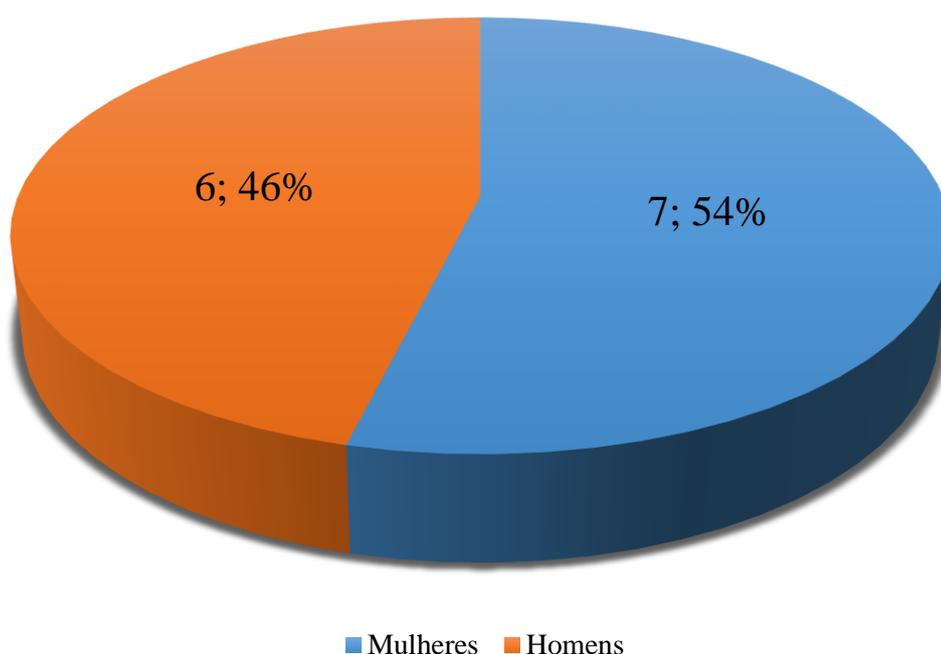


Gráfico 2: Participação social por gênero
Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 3 informa as participações no projeto por área, sendo a Infraestrutura com 22% a área mais mencionada pelos participantes, em seguida temos Turismo e Cultura (Desenvolvimento Social) com 15%, empatadas com 11% estão Esporte e Lazer e Saúde, com 7% observa-se Política Pública voltada a mulher, no bloco dos 4% vem Comercio e Industria, Educação/Educação Inclusiva, Habitação (Desenvolvimento Social), Mobilidade urbana, Segurança Pública, Assistência social e Limpeza e por fim, temos Agricultura e Setor imobiliário com 3%.

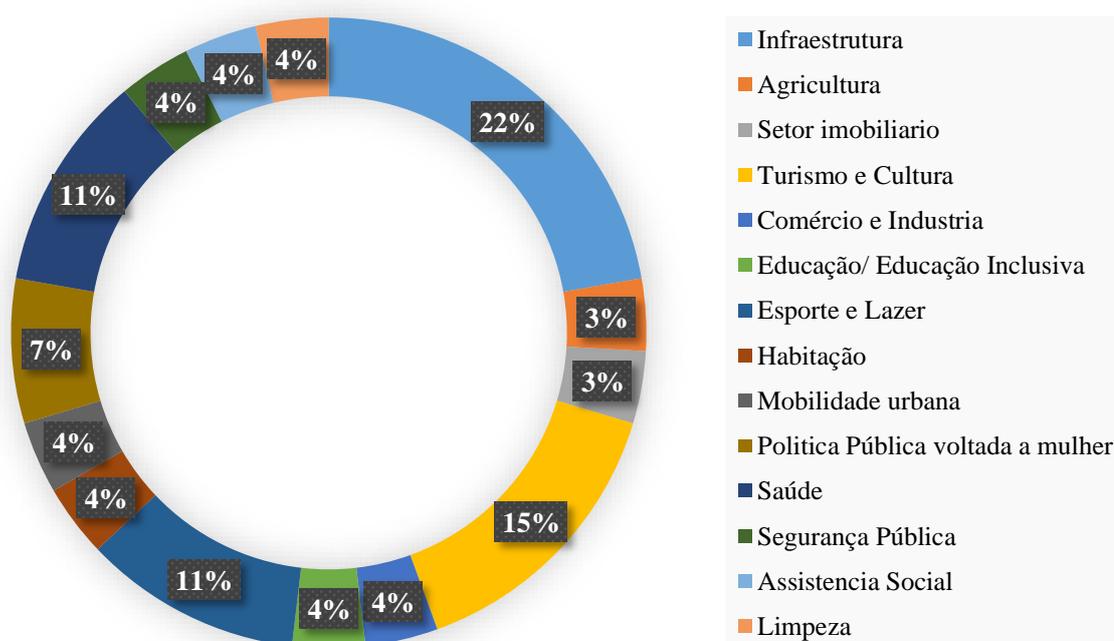


Gráfico 3: Sugestões por área
Fonte: Elaborado pelo autor

A seguir serão apresentados os atendimentos às demandas elencadas por área, encontradas no PPA 2018-2021 de Baturité: I – Programa de Governo do Prefeito Municipal e II - Provenientes das Assembleias com a Sociedade Civil. As imagens servirão para apresentar o terceiro objetivo deste trabalho, ou seja, quais das demandas listadas no Plano Plurianual do município foram realmente advindas das participações acima.

I – Decorrentes do Programa de Governo do Prefeito Municipal

ÁREA: EDUCAÇÃO	
DEMANDA APRESENTADA	AÇÃO DE EXECUÇÃO NO PPA
Acesso a programas pedagógicos destinados a alfabetização na idade certa;	2.016 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental 2.021 - Gestão das Atividades da Educação Infantil
Educação em tempo integral: implantação gradual, com currículo diferenciado e projetos com ênfase nas disciplinas de Português e Matemática;	2.016 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental 2.021 - Gestão das Atividades da Educação Infantil
Estimular os alunos as atividades esportivas e culturais, que serão escolhidas de acordo com suas aptidões e condições de implementação pelo Município;	2.019 - Desenvolvimento do Desporto Escolar
Acompanhamento sistemático dos resultados por professor e por escola, com vistas a corrigir eventuais deficiências e, principalmente, incentivar as melhores performances;	2.013 - Formação Continuada de Servidores na Área de Educação
Reduzir o abandono em sala de aula, fazendo constante acompanhamento da frequência e o rendimento escolar;	2.016 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental 2.021 - Gestão das Atividades da Educação Infantil
Premiar os melhores alunos no desempenho das avaliações externas, visando a participação e empenho no cotidiano da sala de aula;	2.016 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental 2.021 - Gestão das Atividades da Educação Infantil

Imagem 1 – Demandas do programa de governo para a área da Educação.
Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

Aquisição e distribuição de uniformes escolares completos aos alunos da rede pública municipal	2.016 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental 2.021 - Gestão das Atividades da Educação Infantil
Criar projetos culturais e educativos, tais como: teatro, dança música e outros;	2.073 - Promoção e Apoio à Manifestações Culturais, Folclóricas, Artísticas e de Integração Social
Estimular a frequência e o rendimento escolar com premiações e reconhecimento, mediante a realização de avaliações externas (Prova Brasil, Spaece);	2.016 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental 2.021 - Gestão das Atividades da Educação Infantil
Implantar a Internet nas escolas de forma acessível e eficaz;	1.003 - Aquisição de Equipamentos, Material Permanente e Reparelhamento de Escolas de Ens Fundamental e de Apoio à Educação 1.006 - Aquisição de Equipamentos, Material Permanente e Reparelhamento de Escolas de Ed. Infantil
Acompanhamento pedagógico com equipe multidisciplinar: Psicopedagogo, Psicólogo, Assistente social;	2.016 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental 2.021 - Gestão das Atividades da Educação Infantil
Criação de programa de acompanhamento junto à família, com visitas periódicas;	2.010 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Educação
Fortalecer o programa de acompanhamento pedagógico da EJA (Educação de Jovens e Adultos), visando o melhor rendimento;	2.024 - Gestão das Atividades da Educação de Jovens e Adultos
Atenção especial aos nossos professores municipais, pois um educador motivado, qualificado e bem aparelhado, trará para seus alunos uma educação com qualidade;	2.013 - Formação Continuada de Servidores na Área de Educação
Formação continuada para professores;	
Assegurar, em regime de colaboração com o Estado e Governo Federal, que todos os professores da educação básica, possuam formação específica de nível superior;	2.011 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Incentivar que professores da educação básica tenham nível de Pós- graduação em sua área de formação;	2.013 - Formação Continuada de Servidores na Área de Educação

Imagem 1.1 – Demandas do programa de governo para a área da Educação.

Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

Salários em dia, em conformidade com o piso nacional;	2.010 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Educação 2.016 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental 2.017 - Remuneração dos Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental (60% Fundeb) 2.021 - Gestão das Atividades da Educação Infantil 2.022 - Remuneração dos Profissionais do Magistério - Educação Infantil (60% Fundeb) 2.024 - Gestão das Atividades da Educação de Jovens e Adultos 2.025 - Remuneração dos Profissionais do Magistério Educação de Jovens e Adultos (60% Fundeb)
Valorizar os profissionais do magistério em conformidade com o plano de cargos e carreiras;	2.017 - Remuneração dos Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental (60% Fundeb) 2.022 - Remuneração dos Profissionais do Magistério - Educação Infantil (60% Fundeb)
Gratificações em conformidade com o rendimento da escola (frequência e rendimento), aplicação de avaliações externas;	2.025 - Remuneração dos Profissionais do Magistério Educação de Jovens e Adultos (60% Fundeb)
Condições dignas de trabalho, com respeito a carga horária de planejamento, material didático, apoio pedagógico e da gestão escolar;	2.010 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Educação 2.016 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental 2.021 - Gestão das Atividades da Educação Infantil 2.024 - Gestão das Atividades da Educação de Jovens e Adultos
Desenvolver programa de formação de professores em Libras e Braille;	2.013 - Formação Continuada de Servidores na Área de Educação
Formular política de formação docente para professores do EJA (Educação de Jovens e Adultos).	2.024 - Gestão das Atividades da Educação de Jovens e Adultos
Seleção para gestores das escolas;	2.010 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Educação 2.016 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental 2.021 - Gestão das Atividades da Educação Infantil 2.024 - Gestão das Atividades da Educação de Jovens e Adultos

Imagem 1.2 – Demandas do programa de governo para a área da Educação.
Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

Formação para gestores;	2.013 - Formação Continuada de Servidores na Área de Educação
Autonomia pedagógica, financeira e administrativa da escola;	2.010 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Educação
Assegurar que todas as escolas tenham seu projeto político pedagógico;	2.010 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Educação
Criar o cargo de superintendente das Escolas, por região, visando ser o elo entre a Secretaria de Educação e as Escolas, para orientar, acompanhar projetos e o rendimento escolar;	2.010 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Educação
Elaborar projeto pedagógico para educação em tempo integral no município;	2.016 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental
Incentivar a criação ou funcionamento dos conselhos escolares e Grêmios estudantis;	2.012 - Apoio a Órgãos Colegiados e Consultivos em Educação
Reformar e garantir a manutenção dos prédios da rede de ensino municipal;	1.002 - Construção, Ampliação, Reforma e Requalificação de Escolas de Ensino Fundamental e de Apoio à Educação 1.005 – Construção, Ampliação, Reforma e Requalificação de Escolas de Educação Infantil
Reorganizar toda estrutura da Secretaria Municipal da Educação, com vista à melhoria integral do setor;	2.010 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Educação
Realizar levantamento para identificar as crianças que estão fora da escola e mobilizar pais e a sociedade civil para que essas crianças tenham acesso a escola;	2.010 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Educação
Transporte escolar – cuidados nas boas condições de uso e com total segurança. Rever parcerias com o estado e fazer um estudo de rotas e valores;	2.018 - Gestão do Transporte Escolar na Educação Básica
Apoiar projetos de Organizações não Governamentais, com vista na melhoria da qualidade da educação;	2.011 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Buscar junto ao SEBRAE e outros órgãos, a criação de Cursos profissionalizantes para a juventude de nossa cidade;	
Criar o programa “segurança na escola”, nas escolas municipais da sede em parceria com o conselho tutelar e conselho escolar;	2.010 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Educação
Disponibilizar mensalmente todas as informações necessárias das despesas e receitas da educação aos professores e a Entidade da categoria;	
Estimular a arborização e implantação de hortas nas escolas da rede municipal;	2.016 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental 2.021 - Gestão das Atividades da Educação Infantil
	Infantil
Viabilizar espaços culturais, recreativos, esportivos e nas escolas;	2.016 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental 2.019 - Desenvolvimento do Desporto Escolar 2.021 - Gestão das Atividades da Educação Infantil
Dotar as escolas municipais com os padrões de acessibilidade para os portadores de necessidades especiais;	1.002 - Construção, Ampliação, Reforma e Requalificação de Escolas de Ensino Fundamental e de Apoio à Educação 1.005 - Construção, Ampliação, Reforma e Requalificação de Escolas de Educação Infantil
Elaborar Planejamento Estratégico da Secretaria de Educação para 4 (quatro) anos, com ampla participação da comunidade escolar e sociedade civil organizada;	2.010 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Educação
Buscar parceria junto ao Governo do Estado para implantação da Escola Profissionalizante para Baturité.	2.011 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor

Imagem 1.3 – Demandas do programa de governo para a área da Educação.
Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

ÁREA: SAÚDE	
DEMANDA APRESENTADA	AÇÃO DE EXECUÇÃO NO PPA
Ampliar cobertura do Programa Saúde da Família – PSF e Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF para garantia de cobertura de 100% otimizando o acesso aos serviços, com ações voltadas para a vigilância, promoção da saúde e prevenção de doenças, acompanhando, reabilitando e assegurando o tratamento dos que necessitem;	2.030 - Gestão dos Serviços de Atenção Básica
Ampliar a cobertura do SAD – Serviço de Atenção Domiciliar com vistas ao atendimento integral com equipe multiprofissional (Médico, enfermeira, fisioterapeuta, assistente social) aos que necessitam de atendimento em domicílio tais como acamados e pessoas com deficiências e ou impossibilitados de locomoção;	
Implantar a Academia da Saúde para favorecer ações de promoção de hábitos saudáveis com profissionais de educação física, nutricionistas e enfermeiros com atividades físicas regulares, alimentação saudável e combate ao tabagismo (projeto Fumar Nunca Mais com garantia de medicamentos, insumos e apoio médico e psicológico para os participantes);	1.008 - Construção, Ampliação, Reforma e Requalificação de Unidades Básicas de Saúde
Promover a valorização de todos os profissionais oportunizando condições adequadas de trabalho, retomando a mesa de negociação do SUS para discussão e encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores;	2.027 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Saúde Pública
Garantir ações de Vigilância à Saúde, visando o combate e controle das endemias a fim de diminuir a morbimortalidade por causas evitáveis (Dengue, Zika Vírus, Tuberculose, etc) através do fortalecimento das ações desenvolvidas pelos Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde garantindo insumos, equipamentos de proteção individual, transporte, valorização profissional;	2.035 - Gestão dos Serviços de Vigilância em Saúde
Garantir medicamentos da Atenção Farmacêutica Básica priorizando as pessoas portadoras de Hipertensão Arterial, Diabetes Mellittus e outras doenças crônicas;	2.034 - Gestão dos Serviços de Assistência Farmacêutica
Ampliar a rede de saúde mental com implantação do CAPS Álcool e Drogas, CAPS Infantil e Unidade de Acolhimento com tratamento humanizado e garantia de medicamentos e terapias alternativas;	2.031 - Gestão dos Serviços de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
Prevenção será a principal diretriz de nossos esforços, bem como a valorização de nossos profissionais (agentes de saúde, agentes de endemias, auxiliares de enfermagem, enfermeiros, assistentes sociais, dentistas, médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, etc.), e a utilização racional e integral de todos os equipamentos existentes em nossa cidade: UMPA, Hospital e Maternidade José Pinto do Carmo, CEO, POLICLÍNICA, Postos de Saúde, etc. Humanizaremos nossa Saúde através de tratamento integral e respeitoso aos nossos cidadãos;	2.027 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Saúde Pública 2.031 - Gestão dos Serviços de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
Equiparemos nossos PSF de todas as condições de atendimento digno e profissional de nossa população, inclusive dotando cada unidade de computadores e LAP TOP, estes para os agentes de saúde, além de todos os equipamentos e utensílios necessários para o bom desenvolvimento de seus trabalhos. Serão cadastrados todos os moradores de nossa cidade, com histórico familiar e registros de doenças, se for o caso;	1.009 - Aquisição de Equipamentos, Material Permanente e Reparelhamento de Unidades Básicas de Saúde
Nossos doentes que necessitarem de remédio de uso contínuo e que, efetivamente e comprovadamente não reúnam condições de adquiri-los (todos serão cadastrados e receberão visita de assistentes sociais para confirmação), receberão seus remédios em seus lares, com a antecedência devida;	2.030 - Gestão dos Serviços de Atenção Básica
Faremos campanhas permanentes de incentivo à prevenção de câncer ginecológico e de próstata, incentivando a todos para realização dos exames preventivos;	
Atenção especial e integral às nossas gestantes, desde o início da gravidez até o nascimento de nossas crianças, nos PSF e por médicos, bem como incentivos a amamentação.	

Imagem 2 – Demandas do programa de governo para a área da Saúde.

Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

ÁREA: DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
DEMANDA APRESENTADA	AÇÃO DE EXECUÇÃO NO PPA
Criação do FAM - Fundo Municipal de Apoio a Moradia.	2.008 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Administração e Finanças
Estabelecimento de uma POLÍTICA DE HABITAÇÃO POPULAR com financiamento da Caixa Econômica e recursos do FGTS para a construção de casas em regime de mutirão, individualizadas e com assistência de engenheiros e arquitetos;	1.020 - Melhoria Habitacional e Construção de Habitações Rurais 1.020 - Melhoria Habitacional e Construção de Habitações Urbanas
Estímulo à construções de unidades especiais em parceria com o Projeto "Minha casa minha vida" do Governo Federal;	
Firmar parceria na implantação do Programa Jovem Empreendedor com SENAI, SENAC e SEBRAE;	2.042 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Implantar o Programa Prefeito Mirim (acompanhar o prefeito em compromissos oficiais, participar dos eventos relacionados as questões de juventude, educação e desenvolvimento social);	2.001 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico do Gabinete do Prefeito
Buscar junto ao SEBRAE a qualificação dos profissionais para atuarem no Turismo;	2.075 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Disponibilizar apoio social e de saúde a presídio do município;	2.036 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Assistência Social
Implantar o Projeto viver Bem para desintoxicação química e acolhimento de adolescentes e mulheres vítimas por violência doméstica e sequelas mentais em virtude do uso abusivo de drogas;	2.043 - Ações de Combate à Droga entre Crianças e Adolescentes
Criação e aplicação do Plano municipal de regularização fundiária urbana e rural;	2.036 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Realizar Projeto de Intervenção para Benefícios Eventuais, priorizando o trabalhador do campo e famílias que apresentem elevado índice de vulnerabilidade social, onde serão disponibilizados, depois de visita do assistente social todas as condições sociais;	2.050 - Gestão de Benefícios Eventuais
Treinar equipe Intersetorial e multidisciplinar para dar apoio às famílias vulnerabilidades com o uso abusivo de drogas, derivados e afins;	2.036 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Assistência Social
Fiscalizar e buscar junto ao MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e combate a Fome) a ampliação do Programa Bolsa Família com o propósito de garantir a contemplação dos já escritos e não beneficiados;	2.046 - Gestão do Programa Bolsa Família - IGD PBF
Fortalecer a renda familiar através de bolsa complementar – Bolsa Família da Prefeitura – direcionado a vulnerabilidade social de famílias que possuam em seu núcleo familiar mulheres chefes de família, deficientes físicos, inclusive os não possuam BPC;	2.045 - Aprimoramento da Gestão Municipal do Sistema Único de Assistência Social-IGD SUAS
Campanhas de Incentivo, Educação e Responsabilidade no Trânsito, buscando junto ao Governo Estadual e Federal recursos para a viabilização de Carteiras de Habilitação populares;	2.036 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Criar a Secretaria Municipal da Mulher com o propósito de dar apoio na área de violação de direitos de mulheres;	2.008 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Administração e Finanças
Criar a Secretaria Municipal da Juventude com o objetivo da formação e educação voltada ao mercado de trabalho e profissionalização;	2.008 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Administração e Finanças
Reestruturação dos dois CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) para trabalhar todas as vulnerabilidades da família e crianças e adolescentes;	2.047 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica
Reestruturação do CREAS (Centro Regional Especializado da Assistência Social) para tratar todos os tipos de violação de direitos;	2.048 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade
Fazer o cadastramento e atendimento dos idosos e portadores de deficiência e pacientes mentais para atendimentos especializados;	2.036 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Assistência Social
Criação do programa visita do prefeito nos bairros, onde a população terá oportunidade de fazer suas reivindicações;	2.001 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico do Gabinete do Prefeito

Imagem 3 – Demandas do programa de governo para a área de Desenvolvimento Social.

Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

Programa moradia sem riscos aquisição de material de construção para pequenas reformas para famílias de baixa renda e aquisição de casas populares em parceria com o ministério das cidades e governo estadual;	1.020 - Melhoria Habitacional e Construção de Habitações Rurais 1.021 - Melhoria Habitacional e Construção de Habitações Urbanas
Programa sorrir bem: benefícios as pessoas com próteses dentárias em parceria com o governo federal e estadual;	2.033 - atendimentos Reconhecidamente Carentes ou por Determinação Judicial a Pessoas
Projeto nascer bem, apoio as gestantes com enxovais e atendimento social especializado, do primeiro mês de gestação até o 6º mês do beber;	2.050 - Gestão de Benefícios Eventuais
Programa ver além do horizonte aquisição para famílias de baixa renda que tenham doença visual, de tratamento especializado, em parceria com o Governo Federal e Estadual com fornecimento de lentes e óculos em casos específicos;	2.033 - atendimentos Reconhecidamente Carentes ou por Determinação Judicial a Pessoas
Ações sociais globais para emissão de documentos e prestações de serviços na área jurídica nas comunidades;	2.036 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Assistência Social
Programa de oferta de microcrédito com capacitação profissional cooperativismo para jovens e adultos, com capacidade de ingresso no mercado de trabalho;	
Implantação do plano municipal de convivência familiar e comunitária para as entidades e associações de bairros em parceria com o plano nacional e estadual com atenção especial para os casos de violência doméstica e às mulheres chefes de família;	2.047 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica
Implantar e assegurar através de lei municipal as medidas protetivas para os casos de violação de direitos de crianças, adolescentes e mulheres, garantido a livre orientação sexual, assegurando-os direitos prescritos no ECA, Lei Maria da Penha e afins;	2.044 - Ações de Valorização e Atendimento a Crianças e Adolescentes
Implantar em parceria com o Governo Federal o Projeto Reservista do bem Jovem social dirigido a jovens do serviço militar para exercerem o papel de líderes comunitários voltados a prevenção da violência nos bairros;	2.039 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Promover campanhas informativas em parcerias com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes - COMDICA, Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS, Conselho Tutelar - CONTUBA e demais conselhos municipais em benéficos dos casos de violação de direitos de crianças e idosos.	2.040 - Apoio a Órgãos Colegiados e Consultivos em Assistência Social

Imagem 3.1 – Demandas do programa de governo para a área de Desenvolvimento Social.

Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

ÁREA: CULTURA	
DEMANDA APRESENTADA	AÇÃO DE EXECUÇÃO NO PPA
Estabelecer o calendário anual de eventos e atividades culturais (Carnaval, festival de quadrilhas, teatro, festas religiosas, etc);	2.073 - Promoção e Apoio à Manifestações Culturais, Folclóricas, Artísticas e de Integração Social
Implementar a Lei atinente ao “Fundo Municipal de Cultura”;	2.008 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Administração e Finanças
Construir os programas de: resgate da historia do município, visitação cultural e sistemática atingindo a todos os munícipes, programa de tombamento patrimonial imobiliário e imaterial;	1.045 - Implantação de Museus, Bibliotecas e outros Equipamentos Culturais
Reestruturação dos acessos envolvendo todo o conjunto arquitetônico da Praça da Matriz, PMB, prédio das escolas, Círculo Operário, centro de saúde, quadra General Mario Ramos, Praça dos Legisladores, Igreja Matriz, Praça Monsenhor Manoel Candido, Escola Monsenhor Manoel Candido, Praça Pe. Andrade e realizar levantamento e requalificação dos pontos turísticos, Constituindo assim o “Centro Cultural”, Para tanto, buscar a parceria do Governo do Estado e Paróquia;	1.043 - Construção, Ampliação, Reforma e Requalificação de Equipamentos Culturais 2.071 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Catalogar os talentos do município por categoria profissional (dança, teatro, músicos, artesãos, artistas plásticos, etc);	2.073 - Promoção e Apoio à Manifestações Culturais, Folclóricas, Artísticas e de Integração Social
Implantar sistema de editais culturais municipais e implantar sistema de prestação de contas no site;	2.070 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Cultura
Estabelecer parcerias com as empresas privadas para projetos culturais dando-lhes incentivo fiscal em contrapartida ao apoio à cultura, através da Lei Rouanet;	2.071 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Implementar e fortalecer o Conselho Municipal de Cultura, já instituído por lei, relacionando com os Conselhos Estaduais e Federais da Cultura, implantando os projetos culturais do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobras e BNDES;	2.070 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Cultura
Estimular a criação de corais nas escolas públicas e privadas e valorizando a música popular e clássica, com a ênfase no apoio aos artistas da terra;	2.073 - Promoção e Apoio à Manifestações Culturais, Folclóricas, Artísticas e de Integração Social
Valorizar e aparelhar a banda municipal, diversificando seu potencial musical, complementando a falta de músicos, adquirindo novos instrumentos e criando a Escola de Música;	1.044 - Aquisição de Equipamentos, Material Permanente e Reparelhamento de Unidades Culturais
Apoiar aos grupos musicais organizados, tais como: banda de rock, grupos de tambores, violão e etc. Valorizando os artistas locais com estilo ecléticos;	2.073 - Promoção e Apoio à Manifestações Culturais, Folclóricas, Artísticas e de Integração Social
Criar condições de acesso a visitação ao Museu Comunitário Quilombola da Serra do Evaristo e os demais públicos e privados, realização de convênios com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Unilab – Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, incentivando a cultura e o turismo;	2.071 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Explorar o potencial do patrimônio turístico do município, (Eco Turismo), através de nossas trilhas ecológicas, estruturas para Rapel e nossas onze cachoeiras.	2.073 - Promoção e Apoio à Manifestações Culturais, Folclóricas, Artísticas e de Integração Social

Imagem 4 – Demandas do programa de governo para a área da Cultura.
Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

ÁREA: ESPORTE E JUVENTUDE	
DEMANDA APRESENTADA	AÇÃO DE EXECUÇÃO NO PPA
Criação de um calendário anual com todas as atividades esportivas a serem realizadas e os respectivos locais;	2.066 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Esporte e Juventude
Criação de uma Arena de lazer, esporte e cultura (pólo de lazer);	1.040 - Construção, Ampl. Reforma e Requalificação de Quadras, Ginásios e Demais Unid. Esportivas
Projetos sociais voltados para as comunidades carentes destinados ao resgate da cidadania;	2.069 - Incentivo, Execução e Fomento à Participação em Eventos Esportivos
Realização de uma ampla política esportiva nas comunidades, em parceria com o governo federal, auxiliando os jovens com a "Bolsa atleta" e outros projetos sociais federais, afastando-os da influência do tráfico de drogas e oferecendo a eles um caminho saudável e uma alternativa de profissionalização;	2.067 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Organizar o projeto de Olimpíadas Estudantis visando à integração entre as escolas;	2.069 - Incentivo, Execução e Fomento à Participação em Eventos Esportivos
Incentivar as atividades de Capoeira, Karatê e demais esportes que trabalhem com a mente e o corpo;	2.068 - Ações de integração e Valorização da Juventude
Apoio e incentivo aos movimentos culturais, esportivos, políticos e de solidariedade social da juventude, garantindo e fomentando espaços de lazer e programação cultural de qualidade para nossa juventude;	1.040 - Construção, Ampl. Reforma e Requalificação de Quadras, Ginásios e Demais Unid. Esportivas 2.069 - Incentivo, Execução e Fomento à Participação em Eventos Esportivos
Desenvolvimento de projetos culturais e esportivos para os jovens, com o objetivo de minimizar a ociosidade substituindo-a por atividades saudáveis e comunitárias, sempre buscando o aprendizado e a profissionalização;	2.068 - Ações de integração e Valorização da Juventude 2.069 - Incentivo, Execução e Fomento à Participação em Eventos Esportivos
Investimento em cursos profissionalizantes e realização de parcerias com todos para a garantia de uma ampla política de abertura de postos de trabalho para jovens e garantia do seu primeiro emprego;	2.067 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Captação de recursos junto ao Governo Federal e Estadual para construção de quadras esportivas, nos principais bairros e distritos do município;	1.040 - Construção, Ampl. Reforma e Requalificação de Quadras, Ginásios e Demais Unid. Esportivas 2.067 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Melhorar a estrutura física dos campos/campinhos de futebol nas comunidades;	1.040 - Construção, Ampl. Reforma e Requalificação de Quadras, Ginásios e Demais Unid. Esportivas
Valorização das categorias de base do desporto municipal;	2.066 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Esporte e Juventude
Inclusão do município nos campeonatos Estaduais em todas as categorias esportivas;	2.069 - Incentivo, Execução e Fomento à Participação em Eventos Esportivos
Dotar todas as escolas municipais com material esportivo;	2.016 - Gestão das Atividades do Ensino Fundamental
Valorização das agremiações de futebol da zona urbana e rural;	2.069 - Incentivo, Execução e Fomento à Participação em Eventos Esportivos
A partir do segundo ano de Governo, inscrição do Time de Baturité no Campeonato Cearense de Futebol da FCF;	
Implantar gradativamente academias ao ar livre nas praças municipais	1.041 - Implantação de Academias Esportivas em Praças
Em parceria com o Governo do Estado, viabilizar uma ciclovia na CE 356 que liga Baturité a Aracoiaba, apoiando os atletas em nossa cidade.	2.067 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor

Imagem 5 – Demandas do programa de governo para a área de Esporte e Juventude.

Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

ÁREA: INFRAESTRUTURA E URBANISMO	
DEMANDA APRESENTADA	AÇÃO DE EXECUÇÃO NO PPA
Construção do Centro Administrativo de Baturité - CAB, centralizando todos os órgãos da prefeitura para uma melhor condução dos trabalhos, através de linhas de crédito do Governo Federal;	1.022 - Construção, Ampl. Reforma e Requalificação de Prédios e Obras de Interesse Público
Rediscussão do código de postura do município e Plano Diretor, através de fóruns e reuniões com a comunidade;	2.053 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo
Disciplinamento, ordenamento e apoio a nossa importante Feira, dando mais condições de higiene e conforto, a todos;	2.055 - Manutenção dos Serviços Gerais de Utilidade Pública
Modernização do nosso Mercado Público e Matadouro Público, dando mais condições de Higiene e Conforto;	1.022 - Construção, Ampl. Reforma e Requalificação de Prédios e Obras de Interesse Público 2.055 - Manutenção dos Serviços Gerais de Utilidade Pública
Construção de novo "Cemitério Municipal" a ser realizado através de parceria pública privada;	1.027 - Implantação, Ampliação e Reforma de Cemitérios
Discussão com a comunidade da necessidade de construção de pontes e passagens molhadas;	1.033 - Construção de Pontes, Boeiros, Passagens Molhadas e Demais Obras D'Arte 2.053 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo
Calçamento de nossas estradas, através da criação de um fundo específico, com aporte de recursos próprios, bem como através de recursos nos Governo Estadual e Federal;	1.024 - Construção, Ampl. Reforma e Requalificação de Vias e Logradouros 2.054 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Criação de leis que incentivem a formação de mini-agro indústrias de forma a reduzir o êxodo rural e para uma melhor distribuição de renda;	2.008 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Administração e Finanças
Buscar parcerias para viabilizar uma Central de Artesanato;	2.071 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Criação de espaço físicos estruturados objetivando atrair investimento privados (Distrito Industrial);	1.022 - Construção, Ampl. Reforma e Requalificação de Prédios e Obras de Interesse Público
Estimular a criação de cooperativas de produtores e serviços.	2.054 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor

Imagem 6 – Demandas do programa de governo para a área de Infraestrutura e Urbanismo.

Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

<p>Buscar ampliar da rede de coleta e tratamento de esgoto; assim como a captação, tratamento e distribuição de água potável em parceria com o governo federal (Ministério das Cidades), o governo estadual (Secretaria das cidades, CAGECE) e a iniciativa privada;</p>	<p>1.029 - Implantação e Ampliação do Sistema de Saneamento Básico 2.054 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor</p>
<p>Apoiar e fortalecer a implantação do Aterro Sanitário em consorcio com os demais municípios do Maciço e em parceria com os governos federal e estadual;</p> <p>Campanhas permanentes para conscientização da população para a importância do tema desenvolvimento integral sustentável;</p>	<p>2.053 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo</p>
<p>Incentivar a criação de Projeto de Coleta Seletiva do Lixo, em alguns bairros, envolvendo a comunidade e a iniciativa privada;</p>	<p>2.057 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública e Coleta de Resíduos Sólidos</p>
<p>Incentivar a instalação de usina de reciclagem com o apoio da Prefeitura e envolvendo a iniciativa privada;</p>	<p>2.054 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor</p>
<p>Criar a Autarquia de Trânsito;</p>	<p>2.008 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Administração e Finanças</p>
<p>Em parceria com o Detran sinalizar (vertical e horizontal) o trânsito da cidade e utilizar esporadicamente a mídia com campanhas educativas informando e motivando os motoristas no cumprimento nas normas do trânsito;</p>	<p>2.009 -Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor</p>
<p>Cadastrar em sintonia com o Detran os taxistas, mototaxis, transportes das rotas urbanos e rurais e vans das cidades circunvizinha;</p> <p>Aumentar a fiscalização de embarque e desembarque realizados pelos transportes de passageiros fora dos pontos (ônibus, vans e transporte de rotas);</p> <p>Definir os pontos, dias e horários para os caminhões de carga e descarga e manter ativo a fiscalizar ao motorista que estaciona em locais proibidos e calçadas;</p>	<p>2.008 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Administração e Finanças</p>
<p>Definir o horário da noite para a coleta de lixo no centro da cidade e nas principais ruas, como uma das ações a serem implantas com foco na eficiência da Limpeza Pública;</p>	<p>2.057 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública e Coleta de Resíduos Sólidos</p>
<p>Garantir aporte de recursos destinados a construção de calçadas, implantando rampa de acessibilidade e inclusão social, sobretudo nas ruas com maior fluxo de pedestres;</p>	<p>1.022 - Construção, Ampl. Reforma e Requalificação de Prédios e Obras de Interesse Público</p>

Imagem 6.1 – Demandas do programa de governo para a área de Infraestrutura e Urbanismo.
Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

Garantir aporte de recursos destinados a manutenção e construção de calçamentos de nossas ruas e estradas rurais, pois a qualidade das ruas também faz com que o trânsito fluia bem e evita acidentes;	1.024 - Construção, Ampl. Reforma e Requalificação de Vias e Logradouros
Melhoria e manutenção das praças e logradouros do município;	1.025 - Construção e Requalificação de Praças e Espaços de Integração Social
Aperfeiçoar o programa de Iluminação Pública;	1.031 - Expansão do Atendimento com Energia Elétrica e Iluminação Pública
Criação do programa de vigilância ao patrimônio público 24 hs;	2.055 - Manutenção dos Serviços Gerais de Utilidade Pública
Providenciar junto DER o alargamento das estradas asfálticas da saída e entra de Baturité proporcionando mobilidade e favorecendo as praticas de lazer e esporte;	1.034 - Construção e Requalificação de Estradas e Modernização de Vias Públicas
Fazer gestões junto ao Governo do Estado com vistas à mais rápida conclusão da reforma de nossa Rodoviária;	2.054 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Criação do "Conselho Municipal de Transportes" com a participação dos usuários, de operadores e do Poder Público para definir e fiscalizar a política de transportes e o sistema viário do município;	2.053 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo
Discussão sobre a criação do novo anel viário de Baturité, ligando o Conjunto Maria José Viana ao Mondego, via Areias.	

Imagem 6.2 – Demandas do programa de governo para a área de Infraestrutura e Urbanismo.

Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

ÁREA: AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMETNO SUSTENTÁVEL	
DEMANDA APRESENTADA	AÇÃO DE EXECUÇÃO NO PPA
Estruturar e equipar a Secretaria de Agricultura	2.061 - Aquisição de Equipamentos, Material Permanente e Reaparelhamento da Secretaria de Agricultura, Meio-Ambiente e Desenvolvimento
Estruturar o espaço na Secretaria do Programa de Aquisição de Alimento – PAA e em parceria com o governo estadual e federal equipar;	2.062 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Materializar a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, para que instituições governamentais;	2.065 - Apoio à Agricultura Familiar
Capacitar e profissionalizar os Agentes Rurais - AR e demais técnicos da Secretaria com foco na assistência técnica aos agricultores;	2.060 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria Agricultura, Meio-Ambiente e Desenvolvimento
Criar calendário de assistência técnicas sistemática dos AR, garantindo assistência técnica gratuita e de qualidade ao Produtor Rural;	

Imagem 7 – Demandas do programa de governo para a área da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

Apoiar a revitalização do Conselho Municipal da Agricultura - CMA, respeitando sua autonomia e repasse financeiro para o fundo municipal para a agricultura;	
Recuperar a mecânica das máquinas dos PAC a serem gerenciadas pela Secretaria de Agricultura em consonância com CMA, garantindo a manutenção das estradas da zona rural, limpeza de açudes, barreiros, dentre outras ações;	2.059 - Desenvolvimento de Ações Sócio-Ambientais e Conservacionistas 2.061 - Aquisição de Equipamentos, Material Permanente e Reparelhamento da Secretaria de Agricultura, Meio-Ambiente e Desenvolvimento
Programa de Apoio ao preparo da terra, com foco na ampliação e qualidade da produção agrícola do agricultor familiar, disponibilizar máquinas de mecanização agrícola em harmonia com o semiárido;	2.065 - Apoio à Agricultura Familiar
Apoiar em parceria com Governo Estadual, Federal e Organizações Não Governamentais, o fortalecimento institucional das Organizações Comunitárias (associações), visando a capacitação integral dos seus membros, através de cursos com foco no empoderamento técnico e gerencial, na perspectiva de incentivar a implantação de projetos: agroecológicos, galinha caipira, ovinos, caprinos, quintais produtivos, unidades de polpa de frutas, doces, bolos, pães caseiros, dentre outros, facilitando o ingresso dos produtores aos PRONAF (Banco do Nordeste e Banco do Brasil);	2.062 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor 2.065 - Apoio à Agricultura Familiar
Buscar junto ao governo estadual o sistema de Peixamento em açudes e barragens voltados para a valorização da agricultura familiar;	2.065 - Apoio à Agricultura Familiar
Apoiar a realização da Feira da Agricultura Familiar, valorizando a produção rural local;	2.065 - Apoio à Agricultura Familiar
Consolidar parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado de Ceará, a fim de viabilizar o Projeto de Georreferenciamento Rural de Baturité e o Projeto São José proporcionando a implantação de sistemas de abastecimentos de água nas comunidades rurais, bem como o reúso de águas;	2.062 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Criar a Autarquia do Meio Ambiente;	2.008 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Administração e Finanças
Em parcerias com as Organizações Comunitárias (Associações), Conselho Municipal da Agricultura, SEMACE, EMATERCE e SEBRAE, criar programa de incentivo a revitalização dos rios, riachos, fontes, dentre outros;	2.062 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Realizar anualmente a avaliação do comprometimento dos técnicos da secretaria, por parte do CMA e produtores rurais.	2.060 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria Agricultura, Meio-Ambiente e Desenvolvimento

Imagem 7.1 – Demandas do programa de governo para a área da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

ÁREA: ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
DEMANDA APRESENTADA	AÇÃO DE EXECUÇÃO NO PPA
Divulgação mensal das contribuições sociais recolhidas pelo município;	2.008 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Administração e Finanças
Elevação progressiva do nível salarial do servidor, a partir de um mutirão no aumento da arrecadação e ampla negociação com os sindicatos e associações de servidores públicos municipais;	
Estabelecimento de uma política permanente de aperfeiçoamento dos servidores e avaliação dos resultados;	
Instituição em cada Secretaria/Departamento/Órgão de um planejamento plurianual estratégico para definir diretrizes e metas de gestão de acordo com o Plano de Governo;	2.007 - Implementação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo
Rediscussão do Plano de Cargos e Salários (PCS), valorizando a formação profissional, a qualificação permanente, o tempo de serviço, a eficiência e a produtividade do trabalho;	2.008 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Administração e Finanças
Criação do "Plano Municipal de Valorização do Funcionário Público Municipal" com parcerias e convênios com instituições públicas e privadas das áreas de saúde, educação e lazer;	2.009 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Curso de capacitação e requalificação, por áreas de atuação aos funcionários públicos;	2.008 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Administração e Finanças
Implantar o Sistema de Georeferenciamento – Imobiliário.	

Imagem 8 – Demandas do programa de governo para a área Administrativa e Financeira.
Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

ÁREA: CONTROLADORIA	
DEMANDA APRESENTADA	AÇÃO DE EXECUÇÃO NO PPA
Anexar a Ouvidoria e o Controle Interno, junto a esta Secretaria com a finalidade de cumprir o preconizado na Lei de Responsabilidade fiscal, mostrando a população a transparência dos atos da administração e preservação do patrimônio material da prefeitura municipal de Baturité.	2.007 - Implementação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo

Imagem 9 – Demandas do programa de governo para a área da Controladoria.
Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

ÁREA: GABINETE DO PREFEITO		
DEMANDA APRESENTADA	AÇÃO DE EXECUÇÃO NO PPA	
<p>Criar a Assessoria Especializada de Segurança (AES) com objetivo de integrar o trabalho dos Agentes de Segurança (Polícia Civil, Militar, Guarda Municipal) a partir da competência de cada um, com foco no combate preventivo a violência;</p> <p>Regularizar a Guarda Municipal e buscar convênios com a Polícia Militar, Polícia Civil e o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), focando um trabalho conjunto e priorizando a segurança preventiva;</p> <p>Constituir o Conselho Municipal de Segurança Pública (CMSP), em parceria com a sociedade civil organizada e entes da área de segurança;</p>	2.003 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor	
<p>Capacitar o GMC – Gerente Municipal de Convênios, para atuar junto a CEF, no controle e execução dos convênios e contratos do município;</p> <p>Criar a Unidade Municipal do Corpo de Bombeiros com o apoio do Governo do Estado;</p>		2.001 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico do Gabinete do Prefeito
<p>Buscar parceria com a Secretaria de Segurança Pública para fortalecimento do Conselho Tutelar e Juizado da Infância e Juventude na prevenção e combate ao uso abusivo de drogas e entorpecentes por crianças e adolescentes na comunidade escolar;</p> <p>Buscar parceria com a Polícia Militar, na instalação de Postos de Vigilância e Apoio, inicialmente nos bairros do Mondego, Manga e no Distrito São Sebastião, bem como a ampliação do número do efetivo de policiais em nossa cidade;</p> <p>Criar o programa “Ronda do Baturité” com guardas municipais em motocicleta e com celular realizando a ronda na cidade;</p>		
<p>Garantir a presença de guardas municipais nos eventos das comunidades, na feira, nas praças e eventos diversos;</p>	2.004 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico do Gabinete do Prefeito	
<p>Firmar convênio com a Secretaria de Políticas Públicas, sobre Drogas e Divisão de Proteção ao Estudante, bem como com a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social, objetivando a realização sistemática de palestras, oficinas e seminários educativos e preventivos contra a violência, nas escolas e espaços culturais;</p> <p>Apoiar ações de instituições e grupos de Toxicômanos Anônimos, que ajudam pessoas a superar a dependência química;</p> <p>Instalar um sistema de videomonitoramento com distribuição de câmaras nos locais de maior movimento, em parceria com a Câmara de Diretores Lojistas e a Associação e Industrial de Baturité.</p>	2.003 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor	

Imagem 10 – Demandas do programa de governo para o Gabinete do Prefeito.

Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

II – Provenientes das Assembleias com a Sociedade Civil

ÁREA: ASSISTÊNCIA SOCIAL	
DEMANDA APRESENTADA	AÇÃO DE EXECUÇÃO NO PPA
Qualidade da oferta de Serviços e Programas para os usuários da Assistência Social;	2.036 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Assistência Social
Aquisição e manutenção de equipamentos para melhor atender a comunidade;	1.019 - Aquisição de Equipamentos, Material Permanente e Reparelhamento de Unidades de Assist. Social
Efetivação de servidores para a continuidade dos Serviços;	2.036 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Assistência Social
Divulgação em massa dos Serviços e Programas ofertados;	
Parceria entre as Políticas Públicas;	2.042 - Ações de Cooperação Técnica e Financeira com Entidades Públicas e do Terceiro Setor
Criação de estrutura física equipada para o funcionamento do CMAS;	1.018 - Construção, Ampliação, Reforma e Requalificação de Unidades de Assistência Social
Capacitação dos conselheiros do CMAS de forma continuada;	2.040 - Apoio a Órgãos Colegiados e Consultivos em Assistência Social
Divulgação em massa do CMAS;	
Organização da estrutura organizacional (organograma) conforme o SUAS;	2.036 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Assistência Social
Compromisso e obrigatoriedade do município nos repasses financeiros para o auxílio funeral e natalidade;	
Garantia através de lei municipal do repasse mensal para o FMAS;	
Implantação do setor de Vigilância Socioassistencial;	2.047 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica
Desprecarização dos vínculos trabalhistas dos trabalhadores do SUAS;	2.052 - Gestão do Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas
Divulgação do SUAS através de mídias como jornal etc;	2.004 - Ações de Promoção Institucional e Publicidade Oficial
Capacitação continuada para os profissionais do SUAS e formação de multiplicadores através de cursos presenciais;	2.036 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Assistência Social
Condições de trabalho dignas para os profissionais do SUAS;	2.052 - Gestão do Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas
Implantação de Plano de Cargos e Carreiras dos profissionais do SUAS;	2.036 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Assistência Social
Pagamento de risco de vida para os profissionais do SUAS que realizam visitas domiciliares;	
CRAS e CREAS itinerantes para a melhor cobertura dos Serviços e Programas de Assistência Social no município;	2.047 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica 2.048 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade
Reconhecimento e parceria da Rede Socioassistencial;	2.047 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica
Concretização dos direitos trabalhistas Para os profissionais do SUAS	2.052 - Gestão do Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas
Qualificação da gestão financeira para todos os trabalhadores do SUAS;	
Garantia de percentual do orçamento municipal para a Assistência Social;	2.036 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Assistência Social
Capacitação dos trabalhadores do SUAS (gestores, entidades, prestadores de serviço e usuários) acerca do financiamento da Assistência;	
Efetivação dos CRAS para o acompanhamento e a emancipação dos beneficiários dos Programas de Transferência de Renda.	2.047 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica

Imagem 11 – Demandas elencadas em assembleia com a sociedade para a área de Assistência Social.

Fonte: Plano Plurianual do município de Baturité 2018/2021.

Como pôde ser observado no PPA de Baturité, inúmeras demandas foram incluídas nas mais diversas áreas, sejam estas demandas advindas do Plano de Governo apresentado em campanha ou selecionadas nas assembleias que ocorreram junto a sociedade civil. Porém, quais destas demandas são oriundas das participações dos cidadãos de Baturité?

Durante a pesquisa, nos foi revelado pelo Controlador Geral do município, que basicamente os investimentos em Infraestrutura nas áreas de Educação e Saúde foram as sugestões da população que a gestão escolheu para incluir em seu PPA. O que podemos concluir com esta decisão da gestão municipal, é que foi incluído em seu planejamento, “somente” as duas pastas mais importantes de qualquer município para contemplar a participação social, e tendo acesso ao banco de dados do projeto, devemos levar em consideração que estas duas pastas apenas foram mencionadas em 15% das sugestões totais.

Desta forma, como foi relatado anteriormente, 0,039% de participação em um universo de mais de 30.000 pessoas, dificilmente pode ser considerada participação social em um planejamento governamental, esta afirmação fica ainda mais concreta ao momento que apenas 15% das sugestões foram selecionadas e apenas duas áreas foram contempladas, avista que 14 foi o total de áreas sugeridas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os objetivos traçados, o presente trabalho permitiu compreender como se deu o funcionamento do Projeto PPA Cidadão do município de Baturité-ce, desde seu processo de divulgação, suas formas de participação e coleta dos dados. Esperava-se encontrar um processo eficiente e que efetivamente utilizasse as sugestões da população na elaboração do planejamento municipal, inclusive porque a prefeitura contava com uma tecnologia apropriada para isso. Porém, o processo de coleta dos dados se revelou um tanto ineficiente.

Em seguida, era esperado que o projeto pudesse ter alcançado um número relevante de cidadãos, das diversas camadas da sociedade, desde das mais humildes e com pouco acesso a informação até a camada que apresenta um maior grau de instrução, afim de que fosse percebido uma participação heterogênea na elaboração do PPA. Ao contrário disso, encontrou-se uma deficiência enorme no processo de divulgação, além do baixo interesse da população na adesão ao projeto, o que ocasionou em uma participação quase nula. E por fim, se esperava encontrar, dentro do PPA municipal de Baturité, programas que de forma efetiva teriam sido filtrados do projeto, fazendo com que a participação social tenha uma real razão de existir e fazendo tal ação da Prefeitura Municipal, algo que se tornasse corriqueiro, passando de gestão em gestão e não apenas ocasional.

Porém, embora os munícipes tenham participado de algum modo do processo de planejamento do município, o fato da gestão ter selecionado para objeto da participação social apenas as áreas de Educação e Saúde, fez com que o pouco número de participações se tornasse ainda menores. O que significa que as sugestões que fugiram destas áreas simplesmente foram descartadas.

Esse resultado (o baixo número de participação social), confirma o que a literatura consultada tem apontado ou seja, que o Brasil vivência uma realidade de crescente Desmobilização Popular. Fica evidente, que essa é uma realidade também para o município em análise. Como foi visto em seções anteriores, embora em muitos dos casos, haja por parte da gestão a abertura deste canal de participação social, como no caso aqui analisado, a própria comunidade apresenta várias vezes um grau de instrução abaixo da média, fazendo com que as informações passadas percam seu valor, a medida que não serão entendidas, ocasionando assim a falta de mobilização popular, visando a participação.

Portanto, cabe à gestão não apenas simplificar o processo (de coleta de sugestões e disseminação de informações) afim de se fazer entender a todas as camadas da comunidade visada, mas também implementar projetos de educação política e cidadã nas escolas e outros

fóruns, que alcancem o conjunto dos munícipes. Se assim não for, ou seja, se a população não for ensinada a participar politicamente dos assuntos públicos, projetos como o analisado neste trabalho serão fadados ao insucesso. O fato da população não ser ouvida, enquanto a palavra deveria estar com ela, corrobora para que ações como o PPA Cidadão se tornem cada vez menos atrativas, o que significa um prejuízo enorme para o desenvolvimento dos municípios, uma vez que a participação social é hoje, um dos mecanismo mais eficientes na formulação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ATAÍDE, Luciano Quintão. **Democracia digital e Planejamento Estratégico de Governo: um estudo sobre o Plano Plurianual Participativo do Estado da Bahia 2012-2015 e 2016-2019**. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2016

AVON, Harry. **Controle Interno e Externo**. Curitiba-PR: E-Tec Brasil, 2012. 136 p.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Brasília: Ipea, 1999. 89 p.

AVRITZER, L. **O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico**. In: AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (Orgs.) *A inovação democrática no Brasil: o Orçamento Participativo*. São Paulo: Cortez, 2003. Disponível em: <www.democraciaparticipativa.org.br>. Acesso em 28 de maio, 2019.

BATURITÉ (CE). Prefeitura. 2018. Disponível em: <http://www.baturite.ce.gov.br/omunicipio.php>. Acesso: 05/11/2019

BATURITÉ. **Plano Plurianual Participativo**. Disponível em: <http://www.baturite.ce.gov.br/cadastro_ppa.php> Acesso em: 03 de Julho de 2018.

BATURITÉ. Plano Plurianual 2018-2021. 08 de Dezembro de 2017. Diário Oficial do Município. Poder Executivo. Baturité, CE. 08 Dez. 2017. Disponível em: <<http://www.baturite.ce.gov.br/lrf.php?cat=11>> Acesso em: 30 de Julho de 2018.

BILIER, Paula Fabiana. **A importância da participação social nos instrumentos de planejamento orçamentário**. 2013. 52 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão Pública, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC n.º 820 de 17 de dezembro de 1997. **Diário Oficial da União. Brasília. DF. p. 2. Ata CFC nº 770, Dez. 1997.**

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Brasília, DF: Senado Federal**: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial da União, DF, Poder Executivo**, 25 de Fev. 1967.

BRASIL. Decreto-Lei nº 38774, de 01 de fevereiro de 1956. **Diário Oficial da União. Brasília, DF, Poder Executivo**, 01 fev. 1956.

BRASIL. CÂMARA. **Câmara aprova PEC do Orçamento Impositivo para emendas de bancada.** 2019. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/577843-CAMARA-APROVA-PEC-DO-ORCAMENTO-IMPOSITIVO-PARA-EMENDAS-DE-BANCADA.html>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

CARDOSO JUNIOR, José Celso. **Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil**: Elementos para Ressignificar o debate e capacitar o Estado. Brasília: IPEA, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública**. - 2.ed. - Rio de Janeiro. Elsevier, 2008. (Provas e concursos) 4ª reimpressão.

COSTA, Danielle Martins Duarte. VINTE ANOS DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 15, n. 56, p.08-18, 06 set. 2010.

CRANTSCHANINOV, Tamara Ilinsky. **Da expectativa à (Des)mobilização: a trajetória da participação nas conferências da defensoria pública do estado de São Paulo**. 2018. 229 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração Pública e Governo, Escola de Administração de Empresas, São Paulo, 2018.

CNM - Confederação Nacional dos Municípios (Org.). **Planejamento Municipal**. Brasília: ABOP-RS, 2013. 44 p.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista: noções de política social participativa.** – 3.ed. – São Paulo: Cortez, 1996.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Introdução ao Orçamento Público: Módulo 1: Entendendo o Orçamento Público.** Brasília, 2017.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Dossiê ENAP no contexto do Plano Plurianual 2000-2003 Avança Brasil.** Brasília, 2001.

GARTENKRAUT, Michal. **FORTALECIMENTO DA FUNÇÃO AVALIAÇÃO NOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL: RELATÓRIO TÉCNICO** Brasil: uma Análise do Plano Plurianual – PPA 2000/2003. Brasília: IPEA, 2002.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz. **Planejamento e Orçamento governamental.** Brasília: Enap, 2006.

GUERRA. E. M. **Os controles Internos e Externos da Administração Pública.** 2. Ed. Belo Horizonte. Fórum, 2005.

KON, Anita. A experiência brasileira de planejamento econômico governamental federal: análise dos planos implementados e suas consequências. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 3, p.49-61, maio 1994.

KON, Anita. Introdução: a experiência brasileira de planejamento público federal. In: KON, Anita (Org.). **Planejamento no Brasil II.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. **ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO BRASIL.** **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 26, p.5-15, dez. 2003.

LIU, Emiliano; PINI, Francisca. A educação popular e o orçamento participativo de Guarulhos: o projeto político pedagógico da formação. In: LIMA, Kátia Cacilda Pereira; PINI, Francisca. **Orçamento Participativo: Olhares Múltiplos.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014. p. 91-115.

LONDERO, Bruno Alex. **Controle na Administração Pública Brasileira: bases normativas da transparência e do acesso as informações públicas para efetivação do controle social**. 2012. 69 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão Pública, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2012.

MACEDO, Roberto B. M. **Plano trienal de desenvolvimento econômico e social (1963-1965)**. In: LÁFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1987.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003. 310 p.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo; Malheiros, 1999, 749 p.

MENDES, Marcos; DIAS, Fernando Álvares Correa. **O QUE É ORÇAMENTO IMPOSITIVO?** 2014. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/?p=2224>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

MENDES, Sergio; RENNÓ, Rodrigo. **Teoria e Questões Comentadas: AULA 4 - CICLO ORÇAMENTÁRIO (PARTE II): O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO**. 2015. Estratégia Concursos. Disponível em: <<https://www.materialparaconcursos.com>>. Acesso em: 23 de maio de 2019

MENEZES, Maria JOSÉ. **PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL: UM INSTRUMENTO A SERVIÇO DO PODER**. 1979. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1979.

NAPITA, Joel Leroy Dos Prazeres. **Planejamento municipal e desenvolvimento: um estudo sobre as influências das demandas sociais no Plano Plurianual 2018-2021 do município de Redenção CE**. Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

PINHEIRO, Emanuel Reyes Alves. **CONTROLE SOCIAL: ferramenta de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania**. 2015. 73 f. Monografia (Especialização) - Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó-RN, 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo-RS: Feevale, 2013. 277 p.

SANCHES, Oswaldo Maldonado. O CICLO ORÇAMENTÁRIO: UMA REAVALIAÇÃO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p.54-76, dez. 1993.

SENADO. PEC 34/2019, de 03 de Abril de 2019. **Diário Oficial da União, DF, Poder Legislativo**, 03 de Abr. 2019.

SOUZA, Antônio Ricardo de. As trajetórias do planejamento governamental no Brasil: meio século de experiências na administração pública. **Revista do Serviço Público**, Bahia, v. 55, n. 4, p.5-29, out. 2004.

TURQUETTO, Cristiano; FABRIZIO, Cleomar Marcos. **A participação da sociedade na elaboração do orçamento público municipal**. **Revista de administração**, Frederico Westphalen-RS, v. 11, n. 20, p.29-48, dez. 2013.